

ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 11-3-2024.

---

Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Alvoni Medina, Biga Pereira, Comandante Nádia, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Pâmela, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Fran Rodrigues, Idenir Cecchim, Jonas Reis, Karen Santos, Maristela Maffei e Moisés Maluco do Bem. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 004/23 (Processo nº 1167/23), de autoria da Mesa Diretora; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 023/23 (Processo nº 1248/23), de autoria de Jessé Sangalli; o Projeto de Lei do Legislativo nº 421/21 (Processo nº 0997/21) e os Projetos de Resolução nºs 014 e 016/24 (Processo nºs 0146 e 0152/24, respectivamente), de autoria de Edson CT; o Projeto de Lei do Legislativo nº 640/23 (Processo nº 1093/23), de autoria de Alvoni Medina; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 029 e 046/24 (Processo nºs 0051 e 0083/24, respectivamente), de autoria de Lourdes Sprenger; o Projeto de Lei do Legislativo nº 034/24 (Processo nº 0060/24), de autoria de Aldacir Oliboni; o Projeto de Lei do Legislativo nº 043/24 (Processo nº 0077/24) e o Projeto de Resolução nº 004/24 (Processo nº 0080/24), de autoria de Adeli Sell; o Projeto de Lei do Legislativo nº 074/24 (Processo nº 0144/24), de autoria de Polaca Rocha; o Projeto de Lei do Legislativo nº 045/24 (Processo nº 0082/24), de autoria de José Freitas; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 068 e 073/24 (Processo nºs 0127 e 0143/24, respectivamente), de autoria de Idenir Cecchim; o Projeto de Lei do Legislativo nº 072/24 (Processo nº 0140/24) e o Projeto de Resolução nº 011/24 (Processo nº 0128/24), de autoria de Hamilton Sossmeier; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 069 e 075/24 (Processo nºs 0130 e 0145/24, respectivamente) e o Projeto de Resolução nº 013/24 (Processo nº 0131/24), de autoria de Biga Pereira; o Projeto de Lei do Legislativo nº 070/24 (Processo nº 0136/24), de autoria de Nani Dutra; o Projeto de Lei do Legislativo nº 076/24 (Processo nº 0150/24) e o Projeto de Resolução nº 015/24 (Processo nº 0149/24), de autoria de Coletivo Cuca Congo. Também, foi apregoado o seguinte Ofício, do Prefeito: nº 643/24, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 005/24 (Processo nº 0179/24). Adeli Sell entregou carta à Mesa Diretora, relativa a fatos ocorridos em reunião da CPI da CEEE Equatorial, ocorrida na última quinta-feira. Foi apregoado

Requerimento firmado por Pedro Ruas, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia dez ao dia treze de março do corrente, tendo o Presidente declarado empossada na vereança, em substituição, pelo mesmo período, Fran Rodrigues, informando-a que integrará a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH. Foi apregoado Requerimento de autoria de Engº Comassetto, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia onze ao dia treze de março do corrente, tendo o Presidente declarado empossada na vereança, em substituição, pelo mesmo período, Maristela Maffei, informando-a que integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ. Foi apregoada declaração firmada por Jonas Reis, Líder da Bancada do PT, informando o impedimento dos suplentes Everton Gimenes, Paulo Adalberto Alves Ferreira, Baba Diba de Iyemonja, Bernardo Lucero de Carli e Alberto Terres em exercerem a vereança, em substituição, no período. Foi apregoada declaração firmada pela suplente Cris Medeiros, informando seu impedimento em exercer a vereança, em substituição, no período. Foi apregoado documento firmado por Ramiro Rosário, por meio do qual informa ter se filiado ao partido NOVO no dia sete de março do corrente. Foi apregoado documento firmado por Giovane Byl e Hamilton Sossmeier, por meio do qual informam que, a contar do dia onze de março do corrente, se encontram filiados ao partido PODEMOS, ocupando, respectivamente, os cargos de Líder e Vice-Líder dessa Bancada neste Legislativo. Após, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Valter Ferreira da Silva, Presidente do Sindicato dos Empregados Motociclistas e Ciclistas, em Veículos de Duas ou Três Rodas, Motorizados ou Não, de Porto Alegre, Grande Porto Alegre e Região/RS, que se pronunciou acerca das agressões sofridas por membros da categoria, verbais ou físicas, e a implementação da gorjeta para os motociclistas, nos moldes do garçons. Foi apregoado Requerimento de autoria de Claudio Janta, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia onze ao dia treze de março do corrente, tendo o Presidente declarado empossada na vereança, em substituição, pelo mesmo período, Bruna Pâmela, informando-a que integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ. Foi apregoada declaração firmada por Claudio Janta, Líder da Bancada do SD, informando o impedimento dos suplentes Lisandro Zwiernik, Antonio Carlos Souza de Lima, Sandro Marcelo Besson, Ramalho Santos, Pedrinho da Tinga, Alex Buyu, Edson CT, Marcelo Felipe dos Santos Correa, Bernadete Senna, Marcio de Matos Barcelos, Paulo Schuster, Sezefredo da Silva Cordeiro, Marcelo Lira, Jean Pierre de Souza Pereira, Geovane Rodrigues, Sergio Roberto de Almeida, João Batista Rodrigues Reis, Nani Dutra, Ernane Goulart da Silveira, João Ismael Fagundes Vieira, Divina Diva da Restinga, Alix Georges, Luis Roberto Santos Nolasco, Ana Paula Lacerda, Eduardo Fagundes Becker e Angelica Pinheiro em exercerem a vereança, em substituição, no período. Em prosseguimento, nos termos do artigo 206 do Regimento, Biga Pereira, Bruna Pâmela e Adeli Sell. manifestaram-se acerca do tema tratado em Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e quarenta minutos às quatorze horas e um minuto. A seguir, em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Maristela Maffei. Na oportunidade, Mauro Pinheiro, presidindo, declarou Biga Pereira empossada no cargo de Procuradora

Especial da Mulher da Câmara Municipal de Porto Alegre e registrou a presença de Cristiane Machado Pires Ramos, Delegada da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, convidando-a a integrar a Mesa dos trabalhos. Após, em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciou-se Biga Pereira. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Bruna Pâmela, Moisés Maluco do Bem e Karen Santos. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e seis minutos às quinze horas e onze minutos. Também, em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciou-se Cassiá Carpes. Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento de autoria de Eng<sup>o</sup> Comassetto, apregoado anteriormente, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia onze ao dia treze de março do corrente. Foi apregoado Requerimento formulado por Idenir Cecchim, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei do Legislativo n<sup>o</sup> 053/24 (Processo n<sup>o</sup> 0104/24). Às quinze horas e quarenta e três minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Airto Ferronato, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a Ordem do Dia da presente Sessão. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo n<sup>o</sup> 056/18 (Processo n<sup>o</sup> 0667/18), após ser discutido por Jonas Reis, Bruna Pâmela e Mari Pimentel e encaminhado à votação por Márcio Bins Ely, Maristela Maffei, Tiago Albrecht, Mônica Leal e Prof. Alex Fraga. Em Votação, foi aprovado o Requerimento n<sup>o</sup> 016/24 (Processo n<sup>o</sup> 0062/24), após ser encaminhado à votação por Tiago Albrecht, Airto Ferronato, Jonas Reis, Ramiro Rosário, Adeli Sell e Bruna Pâmela, por treze votos SIM, doze votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, em votação nominal solicitada por Tiago Albrecht, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Bruna Pâmela, Fran Rodrigues, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Maristela Maffei, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, votado Não Alvoni Medina, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht e optado pela Abstenção Giovane Byl. Foi registrada a intenção de Márcio Bins Ely de ter votado favoravelmente ao Requerimento n<sup>o</sup> 016/24. Em Votação, foi aprovado o Requerimento n<sup>o</sup> 228/23 (Processo n<sup>o</sup> 1251/23), após ser encaminhado à votação por Psicóloga Tanise Sabino. Em Votação, foi aprovado o Requerimento n<sup>o</sup> 029/24 (Processo n<sup>o</sup> 0124/24), após ser encaminhado à votação por Mônica Leal, Fran Rodrigues, Comandante Nádia, Moisés Maluco do Bem, Maristela Maffei, Karen Santos, Idenir Cecchim e Biga Pereira, por dezenove votos SIM, nove votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, em votação nominal solicitada por Jonas Reis, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, votado Não Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Fran Rodrigues, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Maristela Maffei, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e optado pela Abstenção Bruna Pâmela. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei

do Legislativo nº 114/23 (Processo nº 0243/23), após ser discutido por José Freitas e Jonas Reis. Foi aprovada a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 114/23. Foi aprovada a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 114/23, por vinte e cinco votos SIM e um voto NÃO, em votação nominal solicitada por Idenir Cecchim, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Bruna Pâmela, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Fran Rodrigues, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Mari Pimentel, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, e votado Não Jessé Sangalli. Foi aprovada a Emenda nº 02 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 114/23. Foi aprovada a Emenda nº 03 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 114/23. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 114/23. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 320/23 (Processo nº 0543/23). Em verificação de votação solicitada por Alvoni Medina, o Projeto de Lei do Legislativo nº 320/23 foi aprovado por dezesseis votos SIM e oito votos NÃO, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Bruna Pâmela, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Fran Rodrigues, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Márcio Bins Ely, Mônica Leal e Prof. Alex Fraga e votado Não Alvoni Medina, Fernanda Barth, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cláudia Araújo, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a Ordem do Dia da presente Sessão. Foi registrada a intenção de Maristela Maffei de ter votado favoravelmente ao Projeto de Lei do Legislativo nº 320/23. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 024/22 (Processo nº 0053/22), após ser encaminhado à votação por Cláudia Araújo e Bruna Pâmela. Foi apregoado o Projeto de Resolução nº 023/24 (Processo nº 0169/24), de autoria da Mesa Diretora. Foi aprovado o Requerimento formulado por Gilson Padeiro, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei do Legislativo nº 506/23 (Processo nº 0854/23). Foi registrada a intenção de Hamilton Sossmeier de ter votado contrariamente ao Projeto de Lei do Legislativo nº 320/23. Foi registrado que Gilson Padeiro votou equivocadamente no Requerimento nº 016/24. Às dezoito horas e nove minutos, por acordo do Colégio de Líderes, Mauro Pinheiro, presidindo, declarou encerrada a Ordem do Dia, passando imediatamente para o período de Pauta. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 033/23 e 001 e 003/24; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 004/24; o Projeto de Lei do Executivo nº 002/24; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 325, 633, 652 e 732/23 e 015, 016, 018, 060, 061, 062, 064 e 065/24; os Projetos de Resolução nºs 008, 009, 010 e 012/24; e o Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 358/23; e, em 2ª sessão, os Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 001, 002 e 003/24; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 661/23 e 003, 026, 027, 047, 048, 051, 057, 058 e 059/24; e os Projetos de Resolução nºs 006 e 007/24. Foi constatada inexistência de quórum, em verificação solicitada por João Bosco Vaz. Às dezoito horas

e onze minutos, constatada a inexistência de quórum, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente ata que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo 1º secretário.

---

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** Boa tarde.

**Vereador Adeli Sell (PT):** Presidente Mauro Pinheiro, eu quero passar a vossas mãos, quero protocolizar uma carta à Mesa Diretora sobre os episódios que aconteceram aqui na CPI de quinta-feira. Tenha, V. Exa., a gentileza de receber essa minha carta à Mesa Diretora.

(Procede à entrega do documento.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo as proposições encaminhadas à Mesa que estão registradas no documento em anexo, o qual foi distribuído às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores por meio digital, nos grupos de comunicação por aplicativo de mensagens instantâneas integrados pelos parlamentares e por suas respectivas assessorias.

O Ver. Pedro Ruas solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 10 a 13 de março de 2024.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** A Mesa declara empossada a suplente, Ver.<sup>a</sup> Fran Rodrigues, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto, que solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 11 a 13 de março de 2024.

Apregoo declaração firmada pelo Ver. Jonas Reis, líder da bancada do PT, informando os impedimentos dos suplentes Everton Gimenis, Paulo Adalberto Alves Ferreira, Baba Diba de Iyemonja, Bernardo Lucero de Carli e Alberto Terres em exercerem a vereança em substituição no período.

Apregoo declaração firmada pela suplente Cris Medeiros, informando o seu impedimento em exercer a vereança em substituição no período.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** A Mesa declara empossado a suplente, Ver.<sup>a</sup> Maristela Maffei, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo documento firmado pelo Ver. Ramiro Rosário, por meio do qual informa ter se filiado ao partido NOVO, no dia 7 de março de 2024.

Apregoo documento firmado pelos vereadores Giovane Byl e Hamilton Sossmeier, por meio do qual o informam que a contar do dia 11 de março de 2024 se encontram filiados ao Podemos, ocupando respectivamente os cargos de líder e vice-líder da bancada neste Legislativo.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** Passamos à

### **TRIBUNA POPULAR**

**SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias):** A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Sindicato dos Empregados Motociclistas e Ciclistas, em Veículos de Duas ou Três Rodas, Motorizados ou Não, de Porto Alegre, Grande Porto Alegre e região RS para tratar das agressões verbais ou físicas sofridas por membros da categoria, e a implementação da gorjeta para os motociclistas, nos moldes dos garçons. O Sr. Valter Ferreira da Silva, presidente, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

**SR. VALTER FERREIRA DA SILVA:** Sr. Presidente, senhores vereadores, vereadoras, assistentes da Casa, imprensa, saúdo a todos. Quero cumprimentar também o Sr. Guiomar Vidor, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB/RS; cumprimentar a diretoria do Sindimoto, na pessoa Dr. Felipe Carmona, também da Gabriela; ato contínuo, quero cumprimentar a Ver.<sup>a</sup> Biga, que hoje assume mais uma responsabilidade para representar as mulheres; quero aqui cumprimentar os trabalhadores da Guarda Municipal, que de forma brava vêm defender os seus direitos, é isso que o sindicato, é isso que nós trabalhadores temos que fazer no momento de luta: se unir, vir aqui, se colocar junto à sua categoria, ao seu sindicato e fazer valer os seus direitos, ainda mais quando estão sendo suprimidos.

Srs. Vereadores, Presidente, vereadoras, o que nos traz aqui é para provocar esta Casa respeitosamente a participar dos debates, os quais estamos travando, de reconhecimento e valorização da categoria dos motociclistas – há lei nacional reconhecida, várias conquistas realizadas, mas verdadeiramente ainda não conquistou o seu respeito devido, principalmente de parte de certos cidadãos que se armam com facas, armas de fogo para nos agredir quando estamos prestando o nosso trabalho. E isso nós temos enfrentado, mas não fugimos à luta, não fugimos à nossa responsabilidade, principalmente, senhores e senhoras, na época da covid, quando tudo se fazia por delivery; mas não disseram e não explicaram que tipo de pessoas que fariam esse trabalho. E nós, bravamente, enfrentamos uma situação dificultosa, sobrepomos a ela e correspondemos com o nosso trabalho. Mas o que nos traz aqui também, senhores, é o alto índice de acidentalidade e morte de muitos jovens que, segundo o Centro de

Referência em Saúde do Trabalhador – Cerest, serviço prestado pelo SUS, neste ano de 2024, já tivemos duas mortes, o que corresponde a 50% referente ao mesmo período do ano de 2023. São jovens que vêm para o mercado de trabalho, pessoas despreparadas que vêm buscar o seu sustento e necessitam ser preparadas, acabam ceifando as suas vidas pelo trânsito, que não escolhe cor, credo e acaba deixando esses jovens despreparados para enfrentar o dia a dia no trânsito, tendo grandes dificuldades, mortes, membro superior, braço mutilado, ou até mesmo membro inferior, suas pernas.

Dentro da jurisdição da EPTC, senhores, no ano de 2023, foram registrados 15.190 sinistros. Destes, 4.687, ou seja, 31% tiveram o seu envolvimento com motocicletas. Os 4.687 sinistros de trânsito com envolvimento de motociclistas resultaram em 3.659, 78% dos sinistros conferidos. Eu disse, senhores, 78%. Nesse mesmo período, registrou-se 6.637 feridos por sinistro de trânsito, sendo 3.987, ou seja, 59% eram motociclistas, condutores e ocupantes. Nós temos aí hoje os aplicativos trabalhando de forma irregular, transportando o passageiro sem qualquer preparo, contribuindo com esse alto índice. Além dos feridos, 71% com morte; dessas, 32, 45% eram motociclistas, todos da faixa de idade de 26 a 35 anos, sem contar os iniciantes no setor, no serviço, em busca do seu sustento. Porém, senhores, aqui a gente relata ainda dos hospitais de emergência de Porto Alegre, Pronto-Socorro (HPS) e Cristo Redentor: 72% dos atendimentos de feridos por sinistro no trânsito considerados graves permaneceram, no mínimo, um dia no hospital; foram motociclistas, computadas as vítimas que registraram boletim de ocorrência nos sinistros que se envolveram. Os quatro principais fatores de conduta de risco e de sinistro que resultaram com mortes, avaliados pela metodologia de programa de vida no trânsito que contribuíram para a ocorrência, foram: conduzir sem CNH, 30% desses trabalhadores estão trabalhando sem CNH. E aqui, Srs. Vereadores, Presidente, Sras. Vereadoras, público, imprensa, o Sindimoto não quer esses trabalhadores desempregados. E nesta Casa, neste momento, eu peço ao Sr. Presidente, que provoque uma audiência com o governador do Estado para que ele conceda a esses trabalhadores, e tantos outros que necessitam, a CNH Social. O projeto já está pronto, já se encontra praticamente pronto para ser promulgado no Detran, e nós precisamos dessa audiência para conseguir essa CNH Social para esses trabalhadores e tantos outros que precisam. Então, conduzir, senhores, sem CNH é uma situação muito inadequada. Sem contar que outros, por despreparo, avançam sinal vermelho, ignoram as placas de pare, e conduzem após a ingestão de bebida alcoólica. Isso sem mencionar a alta carga de trabalho e a pressão recebida no dia a dia, da classe patronal, do consumidor, do trânsito e dos agentes de trânsito, que têm a obrigação de fiscalizar para que tais atrocidades não sejam cometidas em desconformidade com a lei federal. Mas a gente também não vem somente aqui falar dessa situação de mortes. Porque durante esses 24 anos que a gente pede o uso da tribuna, a gente vem falar de morte, a gente vem pedir a participação desta Casa, porque ela verdadeiramente representa o povo. Ao longo do ano passado, o Sindimoto negociou com a principal empresa de aplicativo, e no próximo dia 18, estaremos inaugurando dois pontos de apoio para esses trabalhadores, na Rua Dr. Timóteo e na Rua Mariante. Neles, os trabalhadores terão um lugar para fazer suas

refeições, água potável, carregar seus celulares, descansar e almoçar. Enfim, para não acontecer o que já ocorreu no período de chuva quando perdemos um trabalhador que as águas levaram para a morte. Ainda senhores, nessa mesma negociação, constituímos a CCT. Tudo o que ocorre com esses trabalhadores, caso sejam afastados de suas funções, caso recebam algumas punições, terão no sindicato um local onde as partes se sentarão e discutirão essas questões. Sendo o trabalhador representado pelo sindicato e o seu departamento jurídico, visando a viabilizar um entendimento justo, uma negociação correta, sem que esse trabalhador seja punido indevidamente. Então, senhores, o que nos traz aqui, e eu peço ao presidente da minha central dos trabalhadores, o Sr. Guiomar Vidor: convoca a nossa diretoria, permita aos trabalhadores da Guarda Municipal pedir o apoio de vocês também, vocês já estão organizados, vocês estão aqui na luta e nós também, para nos apoiar nessa batalha em favor da vida. E desejo aqui, de coração, que a presença de vocês hoje faça o mesmo que nós estamos tentando, lograr êxito no propósito de vocês, que é a devida valorização no projeto que vocês buscam, dos antigos em detrimento dos recém contratados. Sr. Presidente, Srs. Vereadores, imprensa, assistentes da Casa, presidente Guiomar Vidor, diretoria do Sindimoto que se faz presente, quero agradecer a todos por esta oportunidade, dizer que o Sindimoto é um sindicato de diálogo, um sindicato de negociação, não é um sindicato de imposição, mas se as leis estão aí, se a possibilidade da CNH Social se encontra aí, então vamos viabilizar para esses que precisam, porque esta é a função do Estado: punir, mas também facilitar que esse trabalhador possa ter acesso a um trabalho digno, com a autorização do Estado, que é através da CNH Social. Repito: Sr. Presidente, por favor, convoque uma reunião, uma audiência com o governador do Estado para que nós tenhamos acesso à CNH Social, não só na minha categoria, mas também para todos os trabalhadores. Ficam aqui os nossos agradecimentos a todos; estamos à disposição para elucidar ou esclarecer qualquer fato que se julgue necessário e pertinente. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** Convidamos o Sr. Valter Ferreira a fazer parte da Mesa.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 11 a 13 de março de 2024.

Apregoo declaração firmada pelo Ver. Claudio Janta, líder da bancada do Solidariedade, informando o impedimento dos suplentes Lisandro Zwiernik, Antonio Carlos Souza de Lima, Sandro Marcelo Besson, Ramalho Santos, Pedrinho da Tinga, Alex Buyu, Edson CT, Marcelo Felipe dos Santos Correa, Bernadete Senna, Marcio de Matos Barcelos, Paulo Schuster, Sezefredo da Silva Cordeiro, Marcelo Lira, Jean Pierre de Souza Pereira, Geovane Rodrigues, Sergio Roberto de Almeida, João Batista Rodrigues Reis, Nani Dutra, Ernane Goulart da Silveira, João Ismael Fagundes Vieira, Divina Diva da Restinga, Alix Georges, Luis Roberto Santos Nolasco, Ana Paula

Lacerda, Eduardo Fagundes Becker e Angelica Pinheiro assumirem a vereança em substituição no período.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** A Mesa declara empossado a suplente, Ver.<sup>a</sup> Bruna Pâmela, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.

A Ver.<sup>a</sup> Biga Pereira está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Boa tarde, Presidente Mauro Pinheiro, quero aqui parabenizar o presidente Valter que traz esse tema tão importante que faz parte do nosso dia a dia; ao te posicionar e pedir a nossa ajuda, quero aqui dizer que o meu mandato está inteiramente à disposição, acho extremamente importante o respeito para com essa categoria. Esta relação que tu nos solicitas, que a Câmara faça esse intercâmbio com o governo do Estado para que a gente possa dar mais eficácia, mais respeito para com os motociclistas, os ciclistas – eu quero dizer que pode contar comigo; meus parabéns em trazer esse tema tão importante aqui para todos nós parlamentares. Muito obrigada.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** A Ver.<sup>a</sup> Bruna Pâmela está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**VEREADORA BRUNA PÂMELA (SOLIDARIEDADE):** Primeiramente boa tarde, queria fazer uma saudação ao Dia Internacional da Mulher – não estive aqui presente, bem como zelar pela nossa qualidade de vida, pedir um zelo importante. Vendo aqui trabalhadores reivindicando uma melhoria nas condições de trabalho, isso me deixa muito feliz, porque a Câmara é o espaço das famílias, das pessoas, do povo, dos trabalhadores. O que acontece? Muitas vezes vemos vereadores criticando e apoiando situações que deixem falta com os nossos trabalhadores, até com a educação; dia desses, eu pude acompanhar uma plenária, onde tinha um vereador com dois livros, dois exemplares que diziam que um era dado pelo Município, e a gente tem uma CPI instalada, e outro era dado pelo governo federal, mas esses livros não estão na mão das crianças, esses livros estão onde? Onde estão os livros? A mesma coisa se faz com a qualidade de vida, cada vez mais nós ficamos doentes. Em relação ao Sindimoto, fico muito feliz em ver ele reivindicando os direitos de uma categoria profissional, quando a gente tem vereadores desta Casa, que é a Casa do Povo, criticando duramente os sindicatos em relação à construção das relações de trabalho, onde a gente tem uma quebra quando a gente teve a mudança da legislação, da CLT, tirando todos os direitos do trabalhador. Então, fico muito feliz com este povo se manifestando para retirar o PL, tem que retirar e dar a garantia de vida a essas pessoas que nem previdência tem.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, hoje com a presença da Ver.<sup>a</sup> Maristela Maffei; do Ver. Jonas Reis, nosso líder; do Ver. Aldacir Oliboni e deste vereador, assim como as colegas já colocaram nossa solidariedade ao Sindimoto, especial à bravura, à luta incessante do Valter na frente desta instituição, inclusive discutindo esta temática em nível nacional, esse é um problema da Nação, da federação. Espero que o Congresso Nacional, Ver. Mauro, se abra para este debate, porque são trabalhadores que estão sendo diariamente afrontados na sua dignidade, está ali, na nossa Constituição, a dignidade da pessoa, a pessoa está trabalhando. Podem contar conosco, nós já lhe ouvimos na CUTHAB alguns meses atrás, foi muito importante a colocação de várias pessoas, porque a categoria não é também tão uniforme, há várias formas de a categoria estar presente no labor. Contem com a bancada do Partido dos Trabalhadores para o que der e vier, seja em nível municipal, e acho que nós poderíamos também ajudá-lo nessas pontes com o Congresso Nacional. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** Agradecemos a presença do Sr. Valter Ferreira da Silva, presidente do Sindicato dos Empregados Motociclistas e Ciclistas, em Veículos de Duas ou Três Rodas, Motorizados ou Não, de Porto Alegre, Grande Porto Alegre e região RS. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h40min.)

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** (14h41min) Estão reabertos os trabalhos.

A Ver.<sup>a</sup> Maristela Maffei está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA MARISTELA MAFFEI (PT):** Sr. Presidente, Ver. Mauro; vereadores; meu líder de bancada, Ver. Jonas Reis; líder da bancada do PSOL, da oposição; confesso que eu estou muito emocionada por estar aqui hoje, apesar, Ver. Adeli, da familiaridade, eu estou, Ver.<sup>a</sup> Karen, profundamente emocionada. Por quê? Porque nós, que somos oriundas de um trabalho que é na base das relações de organização populares, para nós, estar aqui e ocupar esse espaço, não é qualquer coisa. Eu digo isso com muito carinho para esse povo que está aqui agora, da Lomba do Pinheiro; eu quero uma forte salva de palmas para vocês, desse movimento organizado de luta, desse movimento que conquistou – que conquistou –, nesse final de semana, a indicação da nossa deputada federal Reginete Bispo, de R\$ 2,571 milhões para um CAPSI. O CAPSI, senhores funcionários públicos da nossa honrosa Guarda Municipal de Porto Alegre...

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADORA MARISTELA MAFFEI (PT):** Senhores do sindicato dos motociclistas da nossa cidade, a representação das mulheres que estão aqui, isso significa para nós – Moisés Barboza, prazer em revê-lo –, a prevenção da saúde pública das nossas crianças e dos nossos adolescentes. Não é apenas mais um projeto; significa que as escolas, as famílias, nós fizemos um caminho inverso, o caminho da civilidade, o caminho do futuro hoje, já. E nós vamos ter, no modelo do Ministério da Saúde, o modelo pelo qual vai estar com as portas abertas por 24 horas, Ver. Bosco, com leitos hospitalares e trabalho socioeducativo com as famílias.

Quero dizer mais, Presidente, cara Ver.<sup>a</sup> Biga, caro Ver. Giovanni, quero dizer mais: nós que hoje estamos reassumindo esse período estivemos aqui por três mandatos consecutivos titulares e uma suplência. Não é pouco para as mulheres, para uma mulher que junto com outras mulheres empobrecidas da nossa periferia conseguem uma qualificação que não é sua, que não representa apenas a sua história, mas que representa uma força coletiva de uma região coletiva da nossa cidade, uma região onde as mulheres, durante a pandemia, se organizaram nas escolas infantis que estavam fechadas, em grupos, em casas para a sobrevivência das suas famílias, da sua população. Hoje, nós temos PAA, que é um projeto do governo federal, esse PAA traduz saúde junto com o SUS, porque toda a alimentação do PAA que nós recebemos é, sim, do MST; é, sim, da via campestre; é, sim, das cooperativas familiares e que plantam sem nós ingerirmos um produto químico que possa trazer qualquer problema para a nossa saúde. Aquilo que muitas vezes nós ouvíamos... E eu queria que levantassem ali a bandeira do MST, porque eu aqui também represento isso, porque eu tenho lado, porque eu tenho jeito e porque eu estou num lugar onde eu represento uma comunidade e um projeto nacional. Nesse sentido, dizer que essa alimentação que é o PAA, só em Porto Alegre, nós alimentamos mais de 3 mil famílias, mais de 15 mil pessoas que se alimentam e que fazem com que o povo, Ver. Alex, o povo do campo fique no campo e o povo da cidade construa essa irmandade e essa luta coletiva pela soberania popular. Não é possível chegar nesta Casa e ver um retrocesso também. Quero me somar aqui e dizer: retira, prefeito, retira o PLCE nº 031/23, que traz retrocesso para a categoria da Guarda Municipal. Nós não podemos aceitar isso. Isso não é apenas para ter palmas, isso é o que eu penso, isso é o que eu vivo e é para isso o que nós assumimos na Câmara de Vereadores. Quando eu entrei aqui na Câmara de Vereadores, a minha filha Luísa era pequenininha e ela vinha me receber com vasos de flores, hoje ela está aqui, uma mulher feita, uma advogada, uma universitária da Universidade Federal e que me deu uma neta chamada Vergínia Zuri, uma linda menina que encheu e que preenche a minha vida. Aquilo que a gente quer para nós também queremos para todos, não é mesmo, Ver. Robaina? Queria tanto ter mais um tempinho para poder falar as inspirações da nossa comunidade, mas a gente também entende as limitações, porque eu já assumi. Para terminar, Luísa, minha filha, vereadores, eu queria dizer o seguinte: nesta Casa aconteceu uma das maiores atrocidades com as comunidades de Porto Alegre em relação ao CMDUA. Nesta Casa foi tirada de uma região com mais cem mil moradores o chamado projeto consorciado da Lomba do Pinheiro. Esse projeto garantia uma fala direta nos olhos com os empresários da

construção civil, e nós não somos sectários, nós temos capacidade de sentar à mesa e dialogar. Esse projeto será reapresentado, porque não é bem assim, porque a Lomba voltou e a Lomba assume esse compromisso não apenas agora, Ver.<sup>a</sup> Biga, Ver. Jonas, líder da nossa bancada, Ver. Ramiro, não apenas isso, eu reassumo hoje, volto hoje, mas, com certeza, junto com essa comunidade e com essas categorias nós voltaremos no ano que vem. Muito obrigada.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** Passamos ao

### **GRANDE EXPEDIENTE**

Quero declarar a Ver.<sup>a</sup> Abigail Pereira empossada como Procuradora da Mulher da Câmara Municipal de Porto Alegre. (Palmas.) Convido a Dra. Cristiane Ramos, da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher do nosso Estado do Rio Grande do Sul, a compor a Mesa.

A Ver.<sup>a</sup> Biga Pereira está com a palavra em Grande Expediente.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; colegas vereadoras e vereadores, querida delegada de polícia do Rio Grande do Sul, da nossa DEAM de Porto Alegre, Cristiane Ramos, muito obrigada, me sinto extremamente prestigiada com a sua presença. Quero agradecer o prestígio de ter aqui os servidores municipais, a Guarda Municipal, em especial; quero cumprimentar as servidora e servidores desta Casa, que sempre tão bem nos acolhem; cumprimentar, de forma especial, a representante do Fórum de Mulheres do Mercosul, Elizabeth Valdez; a Fátima Soares, da Federação da Alimentação do Rio Grande do Sul; a Elisamar, do Fórum Municipal de Mulheres de Porto Alegre; o mandato da deputada Sofia Cavedon; o mandato popular da deputada estadual Bruna Rodrigues; o mandato da deputada federal, a mandata da Daiana Santos; a Márcia Selister, do Movimento Menopausa Sem Vergonha; o Guiomar Vidor, presidente da Fecosul e da nossa CTB; a FEEAC, na pessoa da Flávia e do seu presidente Henrique Silva; assim como o SEEAC, com o Francisco; a Renatinha, presidente do Conselho de Política para as Mulheres de Porto Alegre, as minhas queridas amigas da União Brasileira de Mulheres - UBM, que bom tê-las aqui; ao Simpa – Sindicato dos Municipários de Porto Alegre –, à ATEMPA – Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre –, à Themis, essa entidade tão parceira; à Sobre Nós, outra entidade que realiza tantos trabalhos importantes sobre a dignidade menstrual; à UMESPA, aos meus amigos da UMESPA; à JPL; ao JS, meus camaradas do PCdoB, e minhas camaradas e, em especial à minha família – meu irmão; meu marido, meu filho, que não sei se já chegou –, quero dizer a vocês a emoção, a alegria de estar hoje ocupando esta tribuna no 08 de março, Dia Internacional da Mulher, todas as atividades que já realizamos; tantas outras que teremos pela frente. E eu quero lembrá-los aqui de que foi exatamente, em 1910, quando, numa reunião de mulheres socialistas, a jornalista e comunista Clara Zetkin propôs esta data: o Dia Internacional da Mulher. Foi

em razão de debater e de buscar melhores condições de vida e de trabalho das mulheres que estavam na indústria, que era crescente nesse período – não é Giovani? – a presença das mulheres, uma carga horária extenuante. Empregavam mulheres e crianças também nessa jornada de mais de 16 horas de trabalho. A instituição do dia 08 de Março, como o Dia Internacional da Mulher, é um marco de coragem de muitas mulheres que ousaram se contrapor à ordem vigente, questionando papéis que as colocavam em condições social de subalternidade. Esta é uma data cujo significado, cada vez mais, é disputado; no entanto, permanece como um dia de luta política e não é, e nós não deixaremos que seja uma data romântica e uma data comercial. Para nós, em especial, esse dia é um dia de luta e de luto, porque nós ainda choramos a morte de Marielle. Nós, que dedicamos parte da nossa vida, da nossa energia, é a partir, inclusive, desse entendimento que eu tenho dedicado a minha vida à luta pela emancipação das mulheres. Meu mandato é feminista, e tenho atuado para valorizar a coragem da luta das mulheres que vieram antes de mim, antes de nós e da nossa geração. Meu compromisso é construir as condições para que as mulheres da nossa cidade vivam, delegada, em segurança, vivam com respeito, com dignidade. Por iniciativa do meu mandato, aprovamos a lei que institui o Selo Mulheres Seguras, protocolo “Não é Não”; estamos pressionando inclusive a sua regulamentação para que ele vá para a prática. Assim como eu dirijo a Frente Parlamentar de Economia de Cuidados e a Frente Parlamentar em Defesa das Trabalhadoras e Trabalhadores de Empresas Terceirizada, por isso eu quero nesta fala homenagear todas as mulheres que resistem e que lutam, pois ao viver suas escolhas dão visibilidade à imensa distância que ainda existe entre a lei e a vida. São mulheres que expõem a farsa de determinados setores da sociedade que, através inclusive do fundamentalismo religioso, moral, criam delírios, como a ideologia de gênero; ou censuram os livros a estilo dos piores momentos autoritários da humanidade. São os mesmos setores que, ao tratar racismo, machismo, misoginia, como mimimi, permitem a violência e a morte da juventude negra, estimulam o machismo, que mata as mulheres, investem politicamente para cooptar parte da população, incutindo o medo e a intolerância. Dirijo-me às mulheres de Porto Alegre, que têm enfrentado, cada vez mais, dificuldades para viver sua cidadania plena. É na cidade que a vida concreta acontece, e nossa cidade, que foi sempre um ícone de políticas públicas, de inclusão social, de vivência democrática, hoje vive um desgoverno, não é, Giovani? Um desgoverno conservador, que faz demagogia e que executa as políticas públicas básicas, sem executá-las para elevar essa cidadania. Quero dizer que eu tenho percorrido os bairros, as vilas da nossa cidade, conversando e ouvindo as mulheres que aqui vivem: são mulheres da periferia, mulheres trabalhadoras, mães que empreendem, e a sua sobrevivência é sem suporte por parte do poder público. Todas, a partir das suas vivências cotidianas, revelam os dramas, as dificuldades de viver cada vez mais essa hostilidade. Por isso tanta insegurança, medo de que nossos filhos não retornem para casa, medo dos ataques nas paradas de ônibus, medo e insegurança com o assédio no ônibus, na rua, no trabalho, o drama de perder tudo pelas chuvas, pelas enchentes, e a falta de investimento em infraestrutura urbana e nos bairros.

**Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Agradeço pelo aparte, Ver.<sup>a</sup> Biga. Este é um momento bastante importante para esta Casa, para ti, mas também para o nosso partido. Em nome do PCdoB quero cumprimentá-la por assumir a Procuradoria da Mulher desta Casa. Nós compartilhamos uma visão de mundo de que o grau de emancipação de uma sociedade se dá pelo grau de emancipação de suas mulheres, e tu tens na tua trajetória, Ver.<sup>a</sup> Biga, uma trajetória dedicada à emancipação das mulheres: fundadora da UBM, militante do movimento sindical e uma das primeiras, se não me engano a primeira, diretora de mulheres da CTB no nosso País. Então hoje assumes, na verdade, não representando apenas o nosso partido, mas a oposição nesta Casa, na Procuradoria da Mulher, te parableno e desejo que possa ser um ano de muitas lutas por políticas públicas para as mulheres nesta cidade, também de combate à violência política de gênero que infelizmente atinge todas as mulheres que atuam no Parlamento. Parabéns, conte comigo, uma boa luta para ti, que durante a campanha se dedicou a construir um debate de que construir uma Porto Alegre boa para as mulheres era construir uma cidade boa para todos e todas. Que tenha sucesso na nova missão que assume!

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Obrigada meu camarada Giovani Culau. É isso mesmo, nós reivindicamos esta cidade, reivindicamos vaga nas creches. Nós que conquistamos o trabalho igual para salário igual, sabemos que nós não conseguimos estar no mercado de trabalho se não tivermos – se não tivermos – equipamentos como: creches que possam assegurar segurança para as nossas crianças; espaços públicos seguros, iluminados; transporte público de qualidade e acessível; atenção integral à saúde, unidades básicas estruturadas. Por isso, nós cobramos os equipamentos públicos de assistência, cuidado, acolhimento para pessoas idosas, que nós discutimos na economia de cuidados. Muitas mulheres deixam de estar no mercado de trabalho para cuidar da mãe ou de um enfermo. Por isso, lutam por um projeto de desenvolvimento inclusivo que qualifique o emprego e renda e incentive as mulheres, produzindo a sua sobrevivência.

Quero aqui dizer que nós queremos uma cidade livre de racismo, de machismo, queremos políticas públicas protagonizadas pelas mulheres. Por isso, eu considero, colegas vereadores e vereadoras, uma grande responsabilidade assumir a Procuradoria da Mulher nesta Casa. Reconheço o trabalho realizado pelas minhas antecessoras, e agradeço o apoio que tive para assumir importante tarefa. Nós, mulheres, somos 54% da população de Porto Alegre, e se esta cidade fosse nossa, ela seria uma cidade boa, inclusiva, democrática para nós, mulheres, e para todas as pessoas. É com esse espírito que eu pretendo fazer da Procuradoria da Mulher um espaço de acolhimento, mas também um espaço protagonista para a indicação, elaboração e implementação das políticas públicas de valorização das mulheres de Porto Alegre, das mulheres negras, das trabalhadoras, das mães solo, das mães atípicas, enfim, de todas as mulheres que as administrações recentes estão falhando. Vivemos na nossa cidade que pulsa em cada bairro, em cada rua e não nos conformamos, vamos conquistar uma outra Porto Alegre,

capital da qualidade de vida, icônica, de inclusão e de democracia. Viva o Dia Internacional da Mulher! Viva a luta das mulheres! Viva a classe trabalhadora e todas essas mulheres maravilhosas que vivem, que constroem, que sonham e que compartilham com todos nós! Muito obrigada.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** Quero agradecer também a presença da Dra. Cristiane Ramos, delegada da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher Porto Alegre/RS, pela sua participação. Muito obrigado. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h06min.)

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** (15h11min) Estão reabertos os trabalhos. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Grande Expediente.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Grande Expediente.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Quero saudá-lo, Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Estou falando no período de Grande Expediente, pois tenho um tempo maior. Quero primeiramente me dirigir a Guarda Municipal e dizer a vocês que só vota nesta Casa quando a situação, a qual eu pertencço, vota contra ou vota a favor. Se nós, da base, estivermos a favor de vocês, todos nós, vai ser votado. Não vão atrás de conversinha de outras questões aí, a oposição só ganha quando está junto com a gente, e perde quando vai sozinha. Estou dizendo isso, para mostrar que esse projeto não está sendo votado aqui, porque a base não quer ainda. No dia que nós tivermos convencimento... Eu fui procurado aqui por vários funcionários da Casa, que são guardas municipais, que eu concordo plenamente, não se pode prejudicar aqueles que trabalharam a vida inteira. (Palmas.) E aqueles que começam agora? Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa, são diferentes no olhar, mas são parceiros, são funcionários, têm o mesmo direito em toda a sua carreira. Então, fiquem tranquilos, fiquem tranquilos, que nós estamos aqui olhando com muito carinho. Eu tenho conversado com a guarda que trabalha aqui na Casa, que tem relatado essas questões, já recebi o Nascimento e sua comitiva. Não chegamos ao entendimento com ele também, porque entendemos que pensamos diferente dele, pensamos com a maioria. (Palmas.) Quero deixar bem claro que nós temos um carinho muito grande pela Guarda Municipal, e tomara Deus que vocês tenham o entendimento, porque o entendimento traz uma boa negociação, ninguém perde seus direitos e consequentemente todos ganham. É isso que nós queremos. Contem conosco para que todos saiam daqui felizes, de que houve sem dúvida... O plano de carreira em qualquer atividade é importante, mas ele tem que ter igualdade, não pode separar o joio do trigo, ou seja, tirar o que está chegando agora pelo que está há bastante tempo, eles são os mesmos, eles são os mesmos. É nesse sentido que nós estávamos

trabalhando. Obrigado pela presença, obrigado pela educação, conversem com os parlamentares, é dessa forma que nós vamos chegar a um consenso, se o Plano Diretor é bom para todos, têm que ser bom, e aí vocês, eu tenho certeza, vão aceitar, mas até agora ele não é um plano perfeito, ele não contempla todos da categoria. Um abraço a todos. (Palmas.)

Quero aproveitar para falar também, que tão logo ocorreu essa quase catástrofe em Porto Alegre, nós fizemos um projeto, já que existe na SMAMUS – a Secretaria do Meio Ambiente – uma Instrução Normativa nº 02/2021, que não é divulgada. Por isso nós estamos colocando este Projeto de Lei Complementar, a fim de incluir os artigos 20A e 20B da [Lei Complementar nº 757](#), de 14 de janeiro de 2015, que trata da supressão, para determinar que caberá ao Executivo Municipal a elaboração de laudo técnico e execução do serviço de supressão, poda ou transplante de vegetais em áreas particulares, cujos proprietários tenham renda familiar até três salários mínimos regionais, assim como os aposentados, os pensionistas, as pessoas deficientes ou com doenças graves e em caso de situações especiais. Conforme estabelece a nossa lei, vou fazer um resumo: caberá ao órgão competente – portanto o Executivo municipal – as providências quanto à elaboração do laudo técnico em áreas privadas. Ser titular de propriedade imobiliária única e residencial utilizada para a sua moradia e ter renda familiar comprovada, como eu disse, até três salário mínimo regionais, ser aposentado ou pensionista, possuir deficiência – como falei –, mas ficará ao Executivo municipal a responsabilidade. Como é que nós aprendemos isso? Foi com o cidadão. A minha equipe andava na rua e o cidadão dizia: “Olha, esta árvore vai cair, quem é que vai tirar? Como é que eu vou pagar o laudo para um biólogo para tirar esta árvore? Eu não tenho dinheiro para contratar um biólogo para tirar essa árvore daqui? E se ela cair em cima da minha casa? Como aconteceu no bairro Nonoai, entre Teresópolis, que ficou dezenas de dias, até a pessoa foi para o hospital. Na semana passada, tivemos que providenciar para tirar a árvore que estava dentro da casa. Então, naturalmente é esta a tranquilidade, em caso de risco também. Se o laudo for analisado e ficar comprovada a situação de risco à população ou ao proprietário, também tira para evitar qualquer circunstância de tragédia. Esta tempestade nos ajudou a compreender, a entender que é possível fazer melhor. Nesse sentido, nós estamos fazendo essa lei que vem praticamente regulamentar uma questão que a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS – não coloca em prática o que está lá estabelecido e, assim, vamos colocar na lei que fica essa Instrução Normativa nº 02/2021, regulamentada através de lei. Toda lei tem mais segurança ao cidadão, mais segurança para nós, para que possamos cobrar dos executivos.

Quero aproveitar a oportunidade também, já que ninguém falou, é preciso lembrar que o governo Melo, desde 2021, não aumenta a passagem do ônibus: R\$ 4,80 em 2021, R\$ 4,80 em 2022; R\$ 4,80 em 2023; agora, R\$ 4,80 em 2024. Renovação da frota: 2021/2023, 24% da frota foi renovada; 2024, previsão de 15%, aumentando em mais 407 ônibus. Eu inclusive também recebo reclamação quanto aos ônibus. Somos vereadores, todos recebemos. Tem uma pessoa que seguidamente me ligava: “O ônibus

não tem ar-condicionado, vereador, lota, não tem lugar mais para ninguém, não tem condições.” Há duas semanas ele me ligou: “Vereador, parabéns, o ônibus que eu peguei hoje tem ar-condicionado, tem tudo, muito bom.” Então, o cidadão fiscaliza e nos passa as informações. Também ar condicionado: em 2022, tinha 61% dos ônibus tinham ar-condicionado; em 2023, pulou para 77%, e a previsão da Prefeitura é de que tenhamos, em 2024, 95% dos ônibus com ar condicionado. Essa é a previsão. Também a iniciativa do ônibus elétrico em Porto Alegre; nova central de controle operacional que vai estabelecer acompanhamento em tempo real dos veículos; monitoramento das velocidades médias dos ônibus; apuração dos dados mensais e anuais para qualificar a oferta; cerca de 270 mil pessoas circulam nos nove terminais de Porto Alegre: cinco concluídos, três em execução, um projetado que está para terminar. Também a reforma das estações em corredores; painéis digitais em novos abrigos: 20 entregues, 185 previstos; perfil do passageiro transportado: 24% isentos, ainda depois desta Câmara fazer raras reformulações, ou seja, 213 milhões, a parte da Prefeitura cobre 62% das isenções, 76% são pagantes. Tem a isenção de idosos de 65 ou mais, que está na lei do estatuto do idoso e que, se o governo federal cobrisse, resolvia a questão, todos os idosos estariam cobertos. Subsídio do governo federal: em 2021, não teve nenhum subsídios do governo federal; em 2022, 25 milhões de subsídio; em 2023, nenhum subsídio do governo federal. Há necessidade de subsídio do governo federal para melhorar as condições dos ônibus de Porto Alegre. Custo total do sistema de transporte coletivo em Porto Alegre: 746 milhões, subsídio da Prefeitura vai chegar, em 2024, uma projeção de 132 milhões, diga-se de passagem, as maiores cidade do Brasil são subsidiadas, como no mundo inteiro é subsidiado o transporte. O projeto da Prefeitura para o novo PAC do governo federal, pode ser, eu suscito aqui à esquerda que fale com o governo federal, busque alternativa para subsidiar, para ajudar, para melhorar, para qualificar o setor do transporte público em Porto Alegre. Essas são as informações primeiras. Quero também aqui, mais uma vez, agradecer aos guardas municipais pela educação, pela presença aqui junto conosco...

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Volto a reafirmar que nós temos um carinho muito grande por vocês, e nós queremos o melhor para vocês, por isso não tem sido votado; pode estar aí na Casa parado, não retirado, mas a questão é que nós não vamos votar da forma que está, só quando vocês, junto conosco, chegarem a um consenso. Um abraço a todos. Saúde!

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** A Ver.<sup>a</sup> Bruna Pâmela está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA BRUNA PÂMELA (SOLIDARIEDADE):** Boa tarde; para mim é uma imensa alegria poder estar aqui hoje no espaço do povo, mas também fico muito triste lembrando que a nossa educação está esquecida; nós não temos mais qualidade de vida na educação, nem qualidade de vida no cotidiano e nem no mundo do trabalho. Hoje a gente vê vereadores apresentando livros na Câmara, mas a gente não vê mais os livros nas escolas, e isso deve mudar. Mulheres, eu vi que teve um movimento aqui, que o pessoal esteve aqui dia 8 de março, que foi Dia Internacional da Mulher. Nós temos que lembrar que nós somos mais de 50% dos votos e nós não somos 50% dessas cadeiras aqui dentro da Casa do Povo. As nossas leis não são criadas por nós. Enquanto existirem leis que definem que o meu salário deve ter equidade, mostra que o mundo ali não é igual. Em relação à alimentação, o Brasil é um país rico em alimentação, mesmo assim, ele é pobre em alimentados; temos comidas estragando nas prateleiras. É difícil manter jovens na escola e o trabalhador com saúde sendo que muitos vão pela alimentação e muitos não têm qualidade na alimentação. Enquanto a pessoa que não tem uma renda suficiente ficar longe da comida, não vamos ter pessoas com saúde, não vamos ter pessoas que queiram, de fato, estar incluídos na educação. A educação é lincada junto com a saúde. E concordo muito com a fala do Cassiá, quando fala em relação à Guarda Municipal, e falo representando os comerciantes do Centro, os comerciários, a diferença do trabalho de vocês em relação à segurança é muito grande; diminuiu a violência e diminuíram as brigas. Mulheres, dia 8 de março – eu falei isso aqui no ano passado quando eu tive posse e eu vou falar de novo –, não troquem respeito por flores. Eu perdi minha mãe no passado com câncer de mama, tendo que fazer o tratamento, sendo que nós não temos políticas públicas suficientes para mapear as mulheres que têm câncer de mama. Não troquem respeito por flores. Respeito são 365 dias do ano, flor é um dia só que você recebe. E, jovens, só deixar um recado: Estudem, se formem, garantam o futuro de vocês, porque ninguém vai fazer isso por vocês. E a maior revolta contra o sistema é um jovem formado, é um jovem com canudo na mão e com conhecimento. Obrigada. E sempre com o meu megafone que é a minha arma. (Exibe o megafone.)

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Bruna Pâmela. (Palmas.) O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Boa tarde, Presidente Mauro Pinheiro, colegas vereadores, todos que nos acompanham nessa tarde. Eu subo a esta tribuna aqui, em primeiro lugar, agradecendo aos meus colegas, Ver. Gilson Padeiro, Ver. Conselheiro Marcelo. E já que estou falando no tempo da bancada e usando os nomes do Ver. Gilson Padeiro e do Ver. Marcelo Conselheiro, eu quero dizer da alegria que nós temos em ver as movimentações da janela partidária. Vemos aí na nossa federação colegas vereadores de prestígio e história na cidade estando cada vez mais próximos da federação PSDB Cidadania, isso nos enche de orgulho, porque temos linha, caráter e posicionamento, princípios. Tendo princípios que nos deixam felizes, e a

gente tem acompanhado inclusive, Ver. Cássia Carpes, com muito prazer essa aproximação de vereadores e vereadoras que podem estar unidos no ano de 2024, mas isso também faz com que a gente tenha uma preocupação maior ainda, Ver. Idenir Cecchim, com os princípios que a gente tem e com a coerência política que a gente tem. Então subo nessa tribuna, em nome da bancada do PSDB, para dizer, Ver. Idenir Cecchim, que tem também outras pessoas que ficam plantando nos jornais que estariam com convites e a possibilidade de virem ao PSDB. Então, Ver. João Bosco Vaz e Ver. Idenir Cecchim, subo a tribuna para dizer que nós não queremos, nós não queremos que entrem ou venham para o PSDB pessoas que vão na imprensa mentir isso, que ficam correndo atrás de alguma deputada ou alguém para dizer: “Olha, estou falando com o PSDB”. O PSDB de Porto Alegre vai continuar com os seus princípios, com os seus valores, tem muito orgulho das suas posições nesta Casa nos últimos anos, e queremos publicamente dizer: não perca a energia em continuar tentando, porque nós vamos continuar dizendo que os princípios de coletividade são muito importantes para nós. Então quem vende a coletividade, a democracia para simplesmente aparecer, Ver. Gilson Padeiro, produzir notícias individuais para si, que não respeitam aqui o parlamento, forjam presenças de vereadores em reuniões de CPIs, esse tipo de parlamentar ou de vereadora não queremos e não aceitaremos. Quero deixar bem claro, não adianta plantar mais na imprensa, o PSDB não está convidando e não quer esse tipo de companheiro ou companheira.

Eu gostaria, diretor Luiz Afonso... Diretor Luiz Afonso! Segure o meu tempo, por favor, Presidente. Diretor Luiz Afonso! (Pausa.) (Mostra fotografia.) Eu tenho, nestes segundos que me restam, um assunto também muito importante que assola a Zona Leste da cidade, o bairro Intercap. Queria mostrar para os colegas vereadores e para as pessoas que nos acompanham o tamanho do estrago recorrente por falta de consciência ambiental, por falta de um paliteiro, que os próprios moradores, em 2017, fizeram a solda. Depois o DMAE, a Prefeitura, nesta gestão, fez um paliteiro no arroio Agrião, do outro lado da Bento. Isto aqui é para as pessoas entenderem o quanto custa a falta de consciência ambiental, o quanto custa não ter um paliteiro, para segurar os resíduos, árvores. Só vou dar um dado, para encerrar, que não tenho mais tempo. Isso aqui é em homenagem às pessoas que estão sofrendo lá no Intercap a cada chuva. A cada chuva acontece aquilo ali, porque árvore entra na tubulação, estoura o asfalto e as tubulações. O DMAE, o DMLU retiraram 155 pneus do arroio Agrião. Esses pneus entupiram a tubulação, e explodiram as ruas. Quero reconhecer o esforço das equipes do DMAE, mas quero pedir consciência à população, porque está chegando um novo paliteiro lá nos próximos dias, compromisso do diretor Maurício Loss e da Prefeitura, para que isso pare de acontecer lá no bairro Intercap. Obrigado, Presidente.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Boa tarde, colegas vereadores, colegas vereadoras, subo à tribuna para tratar da 10<sup>a</sup> Semana Municipal de Capoeira de

Porto Alegre. Nós realizamos esse evento em novembro do ano passado e, infelizmente, a maioria dos oficinairos que prestaram o serviço de uma contratação direta da Secretaria de Cultura ainda não receberam seus pagamentos. E eu digo isso porque eu entendo que teve uma mudança do *software* no início do ano, eu entendo que teve mudança na lei da licitação que obrigou os trabalhadores, os servidores da cultura a abrirem todos os processos novamente. Ao mesmo tempo, é importante colocar que hoje estão locados na descentralização da Cultura apenas sete servidores, sendo que um é estagiário, para dar conta de todas as emendas impositivas destinadas para a cultura e também às demandas do orçamento participativo. É óbvio que eles não vão conseguir dar conta de organizar todos os processos e os pagamentos a tempo. E quem acaba sofrendo com isso é o trabalhador da cultura, o trabalhador da assistência, o trabalhador do esporte, do lazer que acaba prestando o serviço para o Município de Porto Alegre. O Município de Porto Alegre vem se caracterizando enquanto mau pagador. O Município de Porto Alegre, pelo desmonte, pelo estado mínimo, por essa lógica de não ter concurso público não está conseguindo dar conta de todas as demandas a que se propõe. Estou em contato direto aqui, nesta tarde, com o secretário da Fazenda que se comprometeu e me deu novamente um prazo – é o terceiro prazo que o Município está me dando – para eu alertar os oficinairos e as oficinas que prestaram esse serviço na 10ª Semana Municipal de Capoeira. Mas fica aqui o registro de que a forma com que o estado está sendo gerido, a gestão do governo Melo não tem uma preocupação com os pagamentos em dia, com a qualidade do serviço oferecido. Os servidores da cultura, para conseguirem dar conta de todos esses processos, fizeram hora extra no final de semana, foram super explorados, e isso é uma preocupação que a gente tem aqui nesta Casa. Os vereadores hoje têm emendas impositivas para destinar e, ao mesmo tempo, o Município não tem servidores públicos o suficiente para dar conta de todos esses processos. Vai dar problema, e quem vai ter que amenizar essa situação embaixo somos nós, vereadores, então é um problema de toda a Casa.

Por fim, queria deixar um convite para vocês: amanhã, a partir das 18h30min, aqui neste Plenário, faremos o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Tarifa Zero nos ônibus da cidade. Tarifa zero, que é uma política de garantia da mobilidade urbana nas capitais que estão em crise, porque as empresas de ônibus não estão conseguindo oferecer um serviço barato e com qualidade para a população. Tarifa zero, que já é uma realidade em diversos municípios do nosso Brasil; tarifa zero, que já, de certa forma, é implementada em Porto Alegre, porque o governo vem subsidiando com milhões, todos os anos, as empresas de transporte. Ao mesmo tempo, a gente exige controle público, a gente exige transparência, a gente exige um retorno em torno das metas de qualidade previstas em contratos e que reincidentemente vêm sendo descumpridos pelo Município de Porto Alegre, em especial pela gestão Melo. Então, fica o convite amanhã, às 18h30min, aqui neste plenário, vamos estar com Paíque Santarém, que é um intelectual do Movimento Passe Livre de São Paulo, que discute a segregação urbana, o direito à cidade e a pauta da mobilidade como algo central para o desenvolvimento econômico, para o acesso à educação, para o acesso ao espaço de lazer,

de turismo, de esporte, e isso, na nossa cidade, tem um sentido de uma mudança radical. Porto Alegre é a cidade mais segregada em âmbito de Brasil, e a gente precisa olhar para isso. Este ano é ano eleitoral, e eu tenho certeza que a discussão da mobilidade, da crise dos ônibus da cidade vai ser um eixo, e a esquerda, a direita, o centro, a população tem que debater um sentido para isso que está colocado. Não dá mais para pegar ônibus todo dia e ter um ônibus sucateado, superlotado, que quebra no caminho e uma passagem cara sendo subsidiada com dinheiro municipal. É importante a gente pensar alternativas para esse problema que está colocado aqui em Porto Alegre. Então, fica o convite amanhã para o lançamento da frente Parlamentar.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Sr. Presidente, relativamente ao requerimento solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares, do Ver. Engº Comassetto, solicito que o coloque em votação.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Engº Comassetto. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 053/24.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** Está encerrado o período de Grande Expediente, não temos nenhum vereador inscrito em Liderança.  
(15h42min) Havendo quórum, passamos à

## **ORDEM DO DIA**

**Vereador Aírto Ferronato (PSB) (Requerimento):** Caro Presidente, nós temos na pauta da tarde hoje o Requerimento nº 016/24, que requer encaminhar uma moção de solidariedade em apoio à retirada da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre – Trensurb – do Plano Nacional de Desestatização. Esse projeto ia ser votado na semana passada e, em razão de que estive acamado, se transferiu para hoje. Ele está em oitavo e nós temos o pessoal da Trensurb aí. Numa referência toda especial a eles, eu ia pedir para que se votasse primeiro... O Ver. Márcio Bins Ely disse que já está acertada a votação do primeiro sem discussão, então que o meu requerimento seja o segundo da tarde de hoje. Obrigado e um abraço.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Aírto Ferronato. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

## DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

**PROC. Nº 0667/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 056/18**, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que cria o Programa Municipal de Combate à Evasão Escolar no Ensino Público Fundamental. **(SEI 087.00015/2020-53)**

### **Pareceres:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Adeli Sell: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Prof. Alex Fraga: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Roberto Robaina: pela aprovação do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Cláudio Conceição: pela aprovação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Mauro Zacher: pela aprovação do Projeto.

### **Observação:**

- incluído na Ordem do Dia em 23-02-22.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** Em discussão o [PLL nº 056/18](#). (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, este projeto trata da educação. É importante lembrar que o direito à educação não é alcançado ainda por todas e todos. Primeiro, quem não é da área tem que saber: uma coisa é se matricular, ter o direito a se matricular, a frequentar, o direito à vaga, nem todos nesta cidade têm esse direito ainda. A educação infantil, hoje, falta 11 mil vagas, isso é uma vergonha, porque o Município não faz escolas. Então nem acessar uma vaga a criança de quatro e cinco anos consegue, porque este prefeito que aí está vira as costas para a educação do filho do trabalhador, da trabalhadora, ele não se importa com os mais pobres, é por isso. Nada mais do que a raiva, o ódio à educação pública, por isso que mantém, hoje, mais de 5 mil professoras recebendo abaixo do piso. Sim, abaixo do piso nacional do magistério, a rede conveniada, mais de 230 escolas, mas não para por aí. Se nem consegue garantir escola para todos, têm ainda o problema da frequência, e por isso este projeto de lei. Parabéns, Ver. Márcio Bins Ely, pelo projeto.

A frequência é outro problema que tem a ver com as crianças acessarem outros direitos, por exemplo, a alimentação escolar; transporte, aí é frequentar, ganhou a matrícula, mas não consegue frequentar, abandona a escola. Sabe qual é o problema? É a desconexão das políticas públicas. Não tem conexão assistência com a educação e com a saúde. Nós temos crianças que param de ir às escolas porque não conseguem frequentar uma consulta com oftalmo para fazer óculos; não enxergam! Elas não enxergam e elas a

sentem dificuldade de ficar na escola, constrangimento. Tirei os óculos para mostrar a vocês que eu sem óculos não leio nada; imaginem uma criança de cinco, seis, oito, 10 anos, que não consegue acessar óculos pelo SUS? Esse é o governo do Sebastião Melo! É uma desgraça! É uma tragédia! Não se importa com o mais pobre. Isso é vergonhoso. Por isso, este projeto de frequência contará com o meu apoio. Nós temos que garantir que a criança não vá só duas vezes, três, por semana, mas que vá todos os dias à escola. Mas aí, a gente esbarra no quê? O prefeito tirou o passe estudantil, tirou o meio passe. E hoje nós temos 1.200 jovens e crianças que não chegam na escola porque não acessam o transporte escolar. Isso é a raiva, o ódio à infância e à juventude. Então, para garantir a frequência é preciso conexão entre as políticas. Como ter conexão, se o prefeito, ao invés de resolver esse problema, vem aqui e joga um PL para destruir com o direito da Guarda Municipal? É disso que ele está se ocupando! Ele quer tirar o direito dos guardas municipais – essa é a ocupação dele! Os soldados estão aqui todos os dias para trazerem a sua voz, ao invés de estarem aqui as mães e pais das crianças onde o prefeito deveria estar inaugurando escola nova, estar liberando o meio passe estudantil para os mais pobres; mas não, ele quer tirar direitos de quem está aí trabalhando e produzindo. Então, é um escândalo, mas este projeto aqui vai contar com o meu apoio porque a educação deveria ser a primeira meta de todas e todos! Não existe desenvolvimento econômico e social se tu não tens criança na escola. E é uma mentira essa escola que inventaram para o filho do trabalhador de um turno só, que vai de manhã para a escola e de tarde ter que desocupar a sala de aula para a outra turma, porque não tem sala de aula em número suficiente para ter educação de tempo integral! Esta escola brasileira precisa ser de tempo integral! E sabem o que nós vivemos hoje? O menor e índice de matrículas da história de Porto Alegre de escola de tempo integral! Este governo e o anterior conseguiram fechar turmas de tempo integral. Aí, na escola privada, o filho do que tem mais recursos fica o dia inteiro na escola; é o dia inteiro. Sai dali direto para a universidade, ocupa as melhores vagas! O filho do trabalhador, às vezes, nem o professor tem, porque deixam faltar, neste momento, 300 professores no Município, porque o secretário da Educação acha mais bonito ir na escola tirar foto sentado no refeitório, comendo um prato de merenda do que ele pegar aquela turma lá, que a gente sabe o que aquela turma aprontou, e isso ele não faz, está de braços cruzados. E eles estão lá, surfando. Isso é uma vergonha, isso, sim, é uma vergonha.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** A Ver.<sup>a</sup> Bruna Pâmela está com a palavra para discutir o PLL nº 056/18.

**VEREADORA BRUNA PÂMELA (Solidariedade):** Boa tarde, novamente. Toda vez que falamos sobre um projeto de educação, muito me alegra, muito me motiva. É muito importante que tenhamos os jovens de volta às escolas e é uma grande verdade que, depois da pandemia, perdemos muitas crianças nas escolas, perdemos muitos jovens em formação. E é uma grande verdade que a criança que está na escola pública não sai preparada para a universidade, digo ainda a universidade federal, a

universidade estadual; ela não sai preparada. Se ela saísse preparada, nós não teríamos cursos pré-vestibulares, pré-Enem. Por que nós temos esses cursos? Para aprimorar a educação que não está tendo para essas crianças. E por que não está tendo? O que está acontecendo com as crianças? O que está acontecendo com a classe de professores, que é uma das maiores classes de trabalhadores?

Na Índia, os professores são reverenciados; no Brasil, os professores são sucateados. Por que essa diferença? Por que essa diferença com uma classe de trabalhadores que te coloca dentro da tua profissão? A questão do *bullying* não acontece somente entre alunos, acontece entre professores. E o que se faz quando essa criança some depois de um *bullying*, de uma questão sofrida? Não se tem esse preparo.

Legislações que formalizam que a criança tenha frequência dentro da escola são leis que altamente vão ser defendidas por mim e pelo Solidariedade. Educação e inclusão das crianças no turno integral é uma das pautas do nosso partido, é uma das pautas que vem sendo defendida desde a nossa criação.

Então, inclusão, educação, turno integral já, agora, é para ontem! Valorização da classe dos professores, que hoje substitui, muitas vezes, a família na educação. Por quê? Porque estamos trocando valores, está faltando respeito, e está faltando respeito com todos. Quando a gente fala em respeito, a gente fala na alimentação, a gente fala na qualidade de vida. E onde sobra isso? Dentro de casa. Então, total apoio em relação a melhorias na educação, porque é uma pauta do nosso partido o turno integral, é uma pauta do nosso partido as melhorias nas escolas municipais, não só nas municipais, mas aqui dentro da Câmara é o que nós podemos defender. Que possa crescer mais para o Estado, que o Rio Grande do Sul seja modelo de escola. Obrigada.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** A Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel está com a palavra para discutir o PLL nº 056/18.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO):** Boa tarde, colegas vereadores, público que nos acompanha aqui nas galerias, Presidente Mauro Pinheiro. Eu acredito que é importante este tema, e parabéns ao Ver. Márcio que está protocolando este tema. No entanto, eu gostaria de lembrar que nós, vereadores, aprovamos o projeto do poupancinha. Algo que já acontece em esfera federal, em esfera estadual, e Porto Alegre conseguiu aprovar a lei. E onde está o cartão do poupancinha? Este é o desafio de políticas públicas que a gente vota no plenário e não são implementadas. Nós temos o poupancinha, que estaria tendo uma política afirmativa para o reforço escolar das crianças, para as crianças permanecerem na escola aqui no Município. Mas não, nós vemos esta Câmara debatendo temas, trazendo temas importantes como a evasão escolar, e as políticas públicas parece que não chegam. E depois, o que nós sabemos é que as crianças evadem da escola, evadem porque a realidade das nossas periferias é um jovem trabalhando para sustentar a sua família. Evadem das nossas escolas, porque a gente sabe que falta recursos. Esta é a capital onde 59 mil pessoas vivem com valor abaixo de R\$ 90,00 por mês, vereadora. Essa é a nossa capital, e essa é a realidade. Se nós queremos

mudar a evasão escolar, seja ela no ensino fundamental ou no ensino médio, nós precisamos trabalhar com políticas públicas. E eu reforço aqui, vereadores da base do governo, Ver. Idenir Cecchim, vereadores aqui que respondem pelo governo, vamos fazer o poupancinha, que foi criado por economistas, numa equipe altamente qualificada, que foi debatido aqui, já veio para ser readaptado e nunca foi implementado. A partir daí, nós conseguiremos fazer política por propósito e com resultado. Enquanto a gente não debater e não cobrar políticas públicas, nós acabaremos sempre só criando narrativas aqui no plenário e nunca estaremos mudando a realidade das nossas crianças e nossos jovens. Muito obrigada.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** Em votação o PLL nº 056/18. (Pausa.) O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

**VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito boa tarde, Presidente, Ver. Mauro Pinheiro, na pessoa de V. Exa., cumprimento os demais vereadores, vereadoras, público que nos assiste nas galerias, pela TVCâmara, em especial a nossa valorosa Guarda Municipal, sejam todos muito bem-vindos aqui, obrigado. Estão pleiteando um debate a respeito do projeto, para que a gente possa evoluir em favor de um consenso e que possa contemplar a Guarda Municipal; estamos batalhando para que a gente possa evoluir nesse sentido.

Eu quero aqui agradecer ao professor Jonas Reis, vereador, à Ver.<sup>a</sup> Bruna e à Ver.<sup>a</sup> Mari, que se manifestaram aqui a favor do projeto de nossa iniciativa, combate à evasão escolar. Este processo aqui tramita desde 2018, Ver.<sup>a</sup> Maristela Maffei, a quem saúdo também, cumprimentando V. Exa., aguerrida vereadora que esteve aqui combativa conosco durante o período importante em que se revisou o Plano Diretor, lá atrás, em 2010, e pelos seus relevantes serviços prestados ao conselho do Plano Diretor, em especial na Lomba do Pinheiro, o nosso reconhecimento; e também ao nosso valoroso Sport Club Internacional, em nome da senhora cumprimentar também todas as vereadoras e as mulheres por ocasião do dia 8 de março, o Dia Internacional da Mulher. A gente sabe que as mulheres são mais da metade do mundo, e mãe do resto da outra metade, e a gente ainda tem visto situações incompreensíveis, inimagináveis; cada vez mais nós precisamos do protagonismo e do empoderamento feminino, para uma contribuição efetiva em favor da sociedade. Cumprimento por todas as homenagens que foram feitas às mulheres.

Falo, então, em relação a este nosso programa; quero aqui agradecer as palavras da Ver.<sup>a</sup> Bruna, em especial no que diz respeito à escola de turno integral, o turno inverso, o envolvimento das crianças com o ambiente escolar. Uma criança que sai da escola ou que desiste da escola está fadada a um futuro pouco promissor, estará exposta a questões ligadas à violência, ao tráfico. A gente sabe que a única ferramenta que liberta é a educação. Então estamos aqui criando este programa, trazendo, sim, algumas obrigações no que diz respeito ao controle da frequência. Então, se o aluno estiver com o índice de frequência mais que 25% no bimestre, tem aqui um apontamento para que o

Conselho Tutelar acompanhe, que a escola chame os pais. Está aqui o Ver. Conselheiro Marcelo, que lidou durante muitos anos com esta questão do zelo com as crianças e adolescentes, que é feito pelo nosso Conselho Tutelar, que diz respeito também a esta pauta do combate à invasão escolar. Lugar de criança é na escola, se não for na escola, temos que fazer convênio, sim, com a Brigada Militar, Corpo de Bombeiros, atividades extracurriculares, clubes esportivos; precisamos criar uma ambiência positiva no entorno do ambiente escolar, para manter as nossas crianças motivadas a ir à escola. É dentro deste espírito que a gente apresenta este projeto hoje aqui. Imagina, Ver. Engº Comassetto, este projeto tramita desde 2018, vereador, e hoje, com o apoio daqueles que se manifestaram da oposição, do governo, dos independentes, percebemos o ambiente favorável de aprovação, encaminhamos pela aprovação, em meu nome, em nome do Ver. João Bosco Vaz, da nossa bancada, bancada do PDT que tem todo um simbolismo histórico de relação com o compromisso com a educação. Leonel Brizola construiu seis mil escolas no Rio Grande do Sul, os CIEPs, tantas outras iniciativas em favor da educação, em favor da escola de turno integral, em favor da oportunidade àqueles que só terão a oportunidade a partir do conhecimento, porque é o conhecimento que liberta; sem a educação é muito mais difícil. Então, fica aqui a nossa ponderação, o nosso pedido de apoio a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, têm esta compreensão com o diálogo, com o futuro da nossa sociedade, da nossa cidade, em favor das nossas crianças no ambiente escolar: votem a favor deste projeto de combate à evasão para que nós possamos dialogar com as futuras gerações e construir uma sociedade melhor. Pela atenção, muito obrigado, e espero que possamos aprovar por unanimidade, na tarde de hoje, esta iniciativa do nosso mandato. Muito obrigado, boa tarde a todos, em especial, um abraço fraterno, mais uma vez, a nossa Guarda Municipal.

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** A Ver.<sup>a</sup> Maristela Maffei está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 056/18.

**VEREADORA MARISTELA MAFFEI (PT):** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; Ver. Márcio Bins Ely, saudações coloradas, mas eu quero, na verdade, falar da questão da educação e da evasão escolar. Primeiro, dizer, vereador, que vamos votar, com certeza, com o seu projeto, mas é necessário aprofundarmos, como dizia um vereador aqui que a gente vota em questões simples, quero lembrar aqui do Ver. Dib, que dizia que parabéns era parabéns e pronto. A questão da educação não é assim; se nós formos analisar a desestruturação na Secretaria Municipal de Educação, se nós formos analisar, mais grave ainda, a FASC, porque eu moro na ponta, eu sei o que é isso. Com o problema da terceirização e o distanciamento da elaboração e da discussão com as comunidades, só agravou os problemas. Quando nós chegamos no final de um ano letivo, Ver.<sup>a</sup> Mônica, se nós formos analisar a listagem dos alunos que saíram de dentro do núcleo da educação, a gente fica apavorado, porque muitas e muitas vezes é por que

não tem alimentação, não tem um crescimento de emprego no nosso Município, nós não temos uma política, de fato, que nós possamos dizer que temos uma política de habitação na nossa cidade. Nós, hoje, temos, ainda bem, na periferia, como eu falei antes, aqui temos o Júlio Quadros, o nosso amigo, a gravidade que nós temos no sentido da alimentação. Tudo o que diz respeito à rede, Ver.<sup>a</sup> Biga Pereira, tudo que diz respeito à rede primária no nosso Município, há muito deixou de existir. Na pandemia, foi o maior descaso. Tem morte pior do que o abandono do Município na área da educação no período da pandemia, onde todas as escolas infantis, pela questão da pandemia, estavam fechadas, e que os únicos que deram a sobrevivência na periferia fomos nós, Ver. Cassiá, fomos nós, que tínhamos o movimento popular organizado, que fizemos a resistência no nosso Município, porque o Município simplesmente foi para dentro do seu casulo e esqueceu que no casulo da cidade inteira existiam pessoas, existiam crianças que foram abandonadas.

Hoje, o que o Ver. Márcio Bins Ely traz para cá é uma provocação, uma provocação para todos nós, para que cada um, na sua perfeita ciência, ciente do caos que nós vivenciamos, trago aqui uma alternativa para que o problema da evasão seja interrompido, porque não interromper, vereadora que me antecedeu, não interromper esse ciclo significa interromper o ciclo de vida, o ciclo do pensar, o ciclo de participar, o ciclo de estar empoderado, de poder ser no presente aquilo que constrói o futuro, isso nós não temos. Então ou nós temos a responsabilidade de saber que a evasão não é apenas em si, mas sim consequência de uma rede que hoje está abandonada, basta ver para onde vão os investimentos da educação no nosso Município, não é para a prevenção, mas, sim, para pegar livros e esconder da vergonha que nós passamos no Brasil em relação ao escândalo que nós vivenciamos aqui que foi e que está sendo a nossa SMED. A nossa SMED, que era uma excelência com o seu corpo funcional da educação, como tantos outros segmentos hoje vivenciam essa grave situação, mas, de qualquer sorte, vereador, parabéns pela iniciativa. Sabe que eu acredito no trabalho do senhor. Só para dizer mais um detalhe, o outro projeto que nós vamos protocolar aqui, Ver.<sup>a</sup> Cláudia, vai ser: se os vereadores têm hoje emenda impositiva que, na minha época com três mandatos titulares e uma suplência, não existia, nós temos que encaminhar, no mínimo, 30% para a educação, para a base da educação lá nas escolas infantis que nós temos, para que as mães, em especial – pensando no mês de março, pensando nas mulheres, pensando na família – , que seja destinado para que, durante o período de férias, os filhos dessas mães, dessas famílias sejam assistidos e não jogados ao léu, como hoje nós vivenciamos no município de Porto Alegre. Muito obrigada.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 056/18.

**VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO):** Presidente Mauro, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, assistência, o pagador de impostos que nos assiste pela TVCâmara e mídias digitais. Existe uma frase do talvez melhor candidato a governador

que esse Estado teve nos últimos tempos, o nobre Mateus Bandeira, que concorreu a governador pelo nosso partido NOVO. Mateus Bandeira tem uma frase sobre a educação que eu acho que resume o pensamento liberal, que resume o pensamento do partido NOVO a respeito da educação: “A educação é tão, mas tão importante que não deveria ficar na mão do Estado.” Vou repeti-la: “A educação é tão, mas tão importante que não deveria estar na mão do Estado.” E isso se prova por diversos fatores, atualmente, a CPI, com as irregularidades que o GDI de Zero Hora divulgou, com as prisões que a polícia vem fazendo temporárias, é verdade, mas a CPI apurou um forte indício de superfaturamento, de má gestão de recursos, as famosas fezes de pomba, para demonstrar que a educação na mão do Estado é um erro estratégico para as nossas crianças, para os nossos adolescentes e para os nossos jovens. Por isso nós, liberais, defendemos que cada vez mais a educação pública não seja estatal, afinal de contas, com o dinheiro que as EMEIs estatais custam para o pagador de impostos, é possível comprar vagas em algumas das melhores escolas particulares da cidade de Porto Alegre. E aí se nós queremos defender o acesso dos menos providos a uma educação de qualidade, precisamos defender a desestatização da educação, precisamos defender que o dinheiro público do pagador de impostos compre vagas nas melhores instituições de educação existentes. Sabemos, por exemplo, que uma criança numa EMEI estatal custa praticamente o dobro de uma criança numa escola parceirizada. Por isso vamos votar “sim”, Ver. Márcio Bins Ely, neste projeto, numa sinalização de que o NOVO também combate a evasão escolar, mas nós precisamos nos preocupar em saber o porquê as crianças e os adolescentes não querem ficar na escola. Será que a evasão escolar também é assim na rede privada? Eu acho que não, e acho que não porque as escolas privadas prestam melhor serviço, basta ver inclusive filhos de políticos da esquerda que geralmente são matriculados em escolas particulares e não nas públicas, assim como o SUS. O Lula, quando fica doente, vai para o Albert Einstein, vai para o Sírio-Libanês e não para o Pronto Socorro ou para o postão da Cruzeiro. Então o partido NOVO entende que a escola pública não precisa ser estatal e que, de fato, a educação é tão, mas tão importante, como diz Mateus Bandeira, que não deve ficar na mão do Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 056/18.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Boa tarde, Presidente, colegas vereadores, vereadoras, pessoas que nos acompanham na sessão através da TVCâmara; a evasão escolar é um sério problema social, que se agravou na época da pandemia por uma razão muito simples. O ensino remoto, adotado pela necessidade do distanciamento, não chegou com a qualidade adequada para todos, para todas as crianças, adolescentes e jovens. Então, é com muita alegria, Ver. Márcio Bins Ely, que eu recebo o seu projeto, e já aviso que votarei a favor, mas não só isso; quero dizer que o seu projeto é o tipo da causa que atende às necessidades da população, e é isso que um político tem que fazer, sempre preocupado com o bem comum. A permanência de crianças nas escolas, prevenir

a evasão escolar, e mais, é importantíssimo o que o senhor traz aqui: o objetivo de conscientizar educadores, famílias e adolescentes quanto ao problema da evasão escolar, que nós sabemos, na educação, é extremamente grave e tem aumentado, e nós não atacarmos na hora certa, não tem mais volta. A criança ou o adolescente sai e não se recupera mais, não volta. Isso é um momento na adolescência. Toda a sociedade vive essa preocupação, essa violência que é a evasão, que induz à ausência de perspectivas na vida de cidadãos, de objetivos lá na frente. Esse adolescente, que não tem a maturidade adequada para entender a importância de ele estar na escola, de ele aprender, de ele ter orientação, lá na frente, quando for adulto, é que ele vai compreender o quanto aquela lacuna mexeu com a vida dele. É necessário um intercâmbio em meios de comunicação, a fim de conscientizar, divulgar o trabalho de combate à evasão escolar.

Eu, como vereadora progressista ex-secretária de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, rendo-te parabéns, Ver. Márcio Bins Ely, nós somos colegas há longa data, temos quase que o mesmo tempo de mandato. O senhor conheceu o Ver. Pedro Américo Leal, conviveu com ele, ele era um professor e brigava muito pela educação. Então eu quero te cumprimentar e dizer que, além de votar, onde eu estiver, pelos quatro cantos do Rio Grande do Sul, eu vou falar na importância do seu projeto, da sua iniciativa. É desta forma que nós vamos mudar a política deste País, trabalhando pelas necessidades da população. Muito obrigada, Ver. Márcio Bins Ely.

**PRESIDENTE MAURO PINHIRO (PL):** Quero fazer o registro aqui da presença do ex-deputado o Nelsinho Metalúrgico.

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra encaminhar a votação do PLL nº 056/18.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Boa tarde, senhoras e senhores. Agradeço à nossa líder do PSOL, Ver.<sup>a</sup> Karen Santos, pela possibilidade de fazer o encaminhamento em nome da nossa bancada, e estendo o agradecimento também aos meus colegas de partido – Ver.<sup>a</sup> Fran Rodrigues e Ver. Roberto Robaina. Senhoras e senhores, o projeto do Ver. Márcio Bins Ely não traz grandes novidades para o município de Porto Alegre, porque nós já fazemos isso na rede. Mas formalizar essas práticas é importante. É importante que haja um protocolo definido a ser seguido pelas nossas escolas, pelas direções; um documento orientador para que, a cada mudança de governo ou de gestão na Secretaria Municipal de Educação, esses protocolos não sejam continuamente reformulados. Isso dá segurança jurídica às nossas escolas e aos grupos de direção das instituições de ensino do nosso Município. Mas muitas pessoas que aqui me antecederam falaram sobre o problema que é a evasão escolar, e realmente nós tivemos, no ano de 2015, nesta Casa Legislativa, Ver. Márcio Bins Ely, um trabalho muito bom, uma pesquisa sobre violência encabeçada pela CEDECONDH, que, na época, era presidida pela vereadora, atual deputada federal Fernanda Melchionna, nossa colega de partido, que fez um mapa da violência no Município de Porto Alegre. E para lançar esse mapa da violência, foi convidado a palestrar no evento, aqui no Plenário Ana Terra, o juiz

da 1ª Vara Criminal, Sidinei Brzuska. E ele apresentou um dado alarmante de que, no Presídio Central, a maioria dos detentos não havia concluído a 5ª série do ensino fundamental, e que, a cada ano avançando na sua escolarização, havia uma redução de 10% na chance de incidir em práticas criminais. Portanto manter as crianças nas escolas pode contribuir para que elas não busquem no crime uma fonte de sustento, ou um projeto de vida. Ou seja, a escola salva vidas e, por isso, o projeto do Ver. Márcio Bins Ely é tão importante, precisamos aprová-lo nesta tarde.

Agora, eu não posso me furtar ao debate, porque alguns impropérios foram manifestados nesta tribuna, e eu me dirijo especificamente ao Ver. Tiago Albrecht, que demonstrou, mais uma vez, a total e completa falta de conhecimento sobre o trabalho realizado nas nossas escolas municipais. Ele vem novamente com essa ideia do partido NOVO de distribuir vale-educação para todo mundo. Como se as escolas privadas de elite fossem aceitar esse vale, aceitar o aluno da periferia, acolhê-los e fazer busca ativa. Se ocorre violência, um tiroteio, por exemplo, numa comunidade assolada pela violência, as crianças, muitas vezes, ficam presas em casa por conta de ordem de recolher dada pelo crime organizado, e não vão à escola. É a dura realidade da periferia de Porto Alegre, e aí o que acontece? Essas instituições de elite vão buscar esses alunos? Vão até às suas casas saber o que está acontecendo? Vão entrar em contato com a família? Não vão, mas as nossas direções fazem isso! É justamente a busca ativa a qual estou me referindo, o contato direto com a comunidade escolar, com os pais, com as mães. E, muitas vezes, essas crianças não têm pais e mães, são cuidados por outros familiares. Portanto, senhoras e senhores, eu precisei manifestar o posicionamento de alguém que atua na periferia com esse público-alvo, para que não pareça para o cidadão e a cidadã que está nos acompanhando pela TVCâmara que as barbaridades que o Ver. Tiago proferiu nesta tribuna são verdades; não são! Isso é uma deturpação da realidade, é o ponto de vista de alguém que nunca esteve visitando nenhuma das nossas escolas municipais e, portanto, desconhece a sua dura realidade. Um abraço a todos.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** Em votação o PLL nº 056/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

## VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

**VOTAÇÃO - REQ. Nº 016/24 – (Proc. nº 0062/24 – Ver. Aírto Ferronato) –** Requer seja encaminhada Moção de solidariedade “em apoio à retirada da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre – Trensurb – do Plano Nacional de Desestatização”. **(SEI 019.00007/2024-07)**

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** Em votação o [Requerimento nº 016/24](#). (Pausa.) O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO):** Sr. Presidente, subo para encaminhar este projeto não sem antes dizer que o vereador que me antecedeu espalhou uma *fake news* aqui desta tribuna, o Ver. Alex Fraga espalhou uma mentira de que eu não fui para a escola, sendo que fomos juntos visitar escolas na CPI. V. Exa. tem memória seletiva, além de todas as mentiras que contou, que a educação pública... Acha que as escolas privadas, que são muito mais capacitadas que as estatais, não vão fazer busca ativa. Aquele velho discurso marxista de divisão da sociedade, de jogar ódio e de dizer: “Ah, porque a criança vai sofrer preconceito!” A velha tática marxista que nós vamos varrer novamente nas urnas este ano.

Bom, mentiras do vereador à parte, eu gostaria de dizer que nós, do NOVO, somos contra essa retirada da Trensurb do plano de privatização, porque é um retrocesso. A Trensurb hoje está esgotada, a Trensurb hoje suga milhões e milhões de reais em subsídios, é pelego para um monte de políticos que não se reelegeram, haja vista a presidência da Trensurb. Vai dar uma olhadinha no Google para ver quem é o presidente da Trensurb, mais um político petista fracassado. Além disso, o próprio PT depõe contra o próprio PT. Se vocês olharem – é que a quadrilha é grande – para Salvador, no metrô de Salvador, se vocês olharem para o metrô de Salvador, o governador do PT fez uma parceria público-privada que expandiu o metrô de Salvador por mais de 30 quilômetros. Por que em Salvador, na Bahia, o PT faz parceria público-privada para expandir o Trensurb, e aqui, no Rio Grande do Sul, são a vanguarda do retrocesso, querem manter o Trensurb estatal. O Trensurb precisando de carros novos; o Trensurb que perdeu a atratividade, hoje operando praticamente na metade da sua capacidade.

Então, com a *maxima venia* com o Ver. Airto Ferronato, que somos parceiros em tantas outras coisas, mas nessa aqui o partido NOVO se vê obrigado a indicar o voto contrário, afinal de contas a privatização do Trensurb é o que pode injetar dinheiro novo, tirar a pelegaiada das diretorias, e realmente entregar um trem confortável, moderno e quem sabe vá além de Novo Hamburgo – que vá além de Novo Hamburgo. Por que não? Então é uma pena que o PT aqui, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, queira legar o nosso trem ao atraso, ao contrário do Jaques Wagner, na Bahia, que fez uma parceria público-privada e expandiu em dezenas de quilômetros o trem baiano. O nosso voto vai ser contrário a essa moção, porque o partido NOVO apoia, sim, a privatização do Trensurb. Obrigado, Sr. Presidente.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do [Requerimento nº 016/24](#).

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Meu estimado Presidente Mauro Pinheiro, senhoras e senhores vereadores, quero trazer aqui a minha saudação

especialíssima e meu abraço ao pessoal da Trensurb, que está conosco nesta tarde, nominando o amigo Vicente Selistre, que é nosso ex-deputado federal, atual assessor lá da presidência da Trensurb; o Marcelo Freitas, secretário do movimento social do nosso partido, PSB; quero deixar aquele abraço fraterno ao Júlio Quadros; e vejo aí também a presença do Joaquim Terra, a quem também mando nosso abraço.

Caros vereadores e ilustre Ver. Tiago, ouvi a sua manifestação com todo o respeito, mas discordo frontalmente, assim como V. Exa. discorda de mim. Porque a Trensurb, querida vereadora, está avaliada como a melhor empresa de metrô pública e privada do Brasil, vereador. A melhor! Não somos nós que estamos dizendo isso. Por outro lado, nós temos aquele olhar de que V. Exa. diz que a Trensurb suga recurso público. Quem suga recurso público aqui em Porto Alegre e que precisam ser varridas e substituídas pela Trensurb são as empresas de ônibus. Elas levam de R\$ 60 milhões a R\$ 80 milhões por mês, empresa privada. E, é o Trensurb o nosso problema, Ver.<sup>a</sup> Helena?! Eu quero registrar que essa moção, que apresentamos no mês de dezembro, nós deixamos para encaminhar em março, e na semana passada se votaria, fiquei um tanto quanto adoentado, transferimos para esta semana. Meus caros vereadores, na semana passada foi aprovada a retirada da Trensurb do nosso Plano Nacional de Desestatização, e foi ali um grande avanço, foi ótimo. Foi ótimo, um grande avanço. Poderíamos deixar de discutir a matéria no dia de hoje, porque se poderia pensar que o assunto está superado, e está em grande parte, amigo Selistre, não está no seu conteúdo total. É um dia ímpar para nós discutirmos, aqui na Câmara, o futuro da Trensurb em Porto Alegre. Eu tenho certeza absoluta, Ver. Oliboni, que, do jeito que o transporte público se encontra em Porto Alegre e na Região Metropolitana, não se sustenta; não haverá milagre que fará deixar de as empresas sugarem recurso público, não haverá esse milagre. Por quê? Porque é preciso integração, é preciso buscar linhas de transportes de passageiro para levá-lo até o Trensurb; é ali que nós modificamos e melhoramos o sistema.

Por isso, Ver. Giovani Culau, eu até já falei com V. Exa., e já tinha falado com o pessoal da direção do Trensurb. Estou propondo, e vamos propor juntos, uma reunião conjunta da CEFOR – que temos a grata satisfação de o nosso querido Tiago ser o nosso vice-presidente – com a CUTHAB, para tratarmos desse tema, de como se conduzirá a Trensurb nesses próximos dias.

Meus parabéns a vocês, sucesso nessa jornada, votemos favoravelmente, que faz bem para o Rio Grande e para nossa Porto Alegre. Obrigado e aquele abraço.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 016/24.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, eu não sou de responder palavras de baixo calão, mas quero lhe dizer, Ver. Tiago Albrecht, que quadrilha o senhor não encontra no PT. O senhor sabe onde o senhor encontra, e muitos quadrilheiros estavam lá na Avenida Paulista. Até espero que o senhor não tenha ido até lá; lá estavam os quadrilheiros. Muitos ladrões da Pátria estavam lá.

Agora o senhor lave a boca para falar do PT, porque o PT está erguendo este País de volta, que vocês da extrema direita destruíram. O senhor aprenda a respeitar, pois esta tribuna não é latrina. Isto aqui é uma tribuna do povo de Porto Alegre, de gente que discute política pública. Não é o lugar para o senhor, que é comumente conhecido como aquele que deblatera, vem aqui e traz as suas pantomimas, tranquilamente, em encenações. Não aceitaremos! Respeite! E vou agora, literalmente aqui, ó, esfregar na cara das pessoas que defendem privatizações, está na Zero Hora: (Lê.): “Baixa de turistas provoca protesto em Cambará do Sul contra preço de ingressos dos cânions”. “Se ficar irreduzível, vai quebrar todo mundo.” Diz quem? O prefeito fala sobre a empresa que assumiu a concessão, o prefeito que defendia a privatização lá em Cambará, que está quebrando todas as empresas locais, está destruindo o turismo ambiental; R\$ 97, gente; R\$ 97! Claro que as pessoas não vão. Cobrando ingresso. As pessoas vão no final de semana fazer o turismo ambiental. V. Exa. não sabe de turismo. V. Exa. não sabe de privatização. V. Exa. não sabe de serviço público. V. Exa. sabe usar esta tribuna para atacar as pessoas, os projetos, vem aqui toda hora falar do PT, não tira o PT da boca. Mas V. Exa. jamais será convidado para estar no PT, porque gente como o senhor nós não aceitamos. Pessoas que viram as costas para o povo, como esse prefeito de Cambará que defendia a privatização e, agora, está chorando as pitangas, como diz o gaúcho, pedindo: “Vai embora, Urbia, vai embora empresa de concessão, está quebrando o turismo, quebrando a rede hoteleira de Cambará do Sul”. Eles diziam: “Vai sair de 250 mil pessoas visitantes para 1 milhão”. Diminuiu, baixou, não está chegando a 100 mil. Sabe, é assim que eles atuam, eles falam que privatizar o trem vai trazer dividendos. Privatizaram o trem no Rio de Janeiro – grite bastante, grite bastante, grite bastante, porque é de gritos que V. Exa. vive. Agora, eu quero dizer que o trem no Rio de Janeiro, o metrô privatizado subiu para R\$ 7,40 em menos de seis meses. Ah, isso eles não falam, eles vendem a privatização escandalosa da Equatorial como algo bom, e agora a energia elétrica só oscila no Centro Histórico, o que não acontecia há 20 anos. As pessoas não têm energia elétrica no bairro Petrópolis, as pessoas não têm energia elétrica na capital, quem dirá nas outras regiões. Aí eles batem no peito assim ó: “Vamos privatizar””, como se fosse bom. Vocês não têm vergonha?! Parece que vocês não usam o serviço público, parece que vocês não respeitam o pagador de impostos. Respeitem o trabalhador desta cidade! Respeitem os trabalhadores do Brasil! Parabéns ao Presidente Lula; obrigado, Lulinha. Lula, por isso que eu faço o “L” para você, faço o “L” para o PT, para o povo brasileiro que lhe escolheu ser Presidente e tirou a Trensurb das concessões. É isso que nós vamos fazer. Chore mais, vereador do partido Novo, porque o partido NOVO nada mais é do que a extrema direita calçando um sapatênis e botando um Malbec no pescoço para parecer diferente, mas não é, são mais do mesmo, da velha política contra o povo, da escola sem aluno, da não remuneração do piso da enfermagem, que é culpa de vocês que não está sendo pago.

Quero encerrar aqui dizendo o seguinte, Ver. Tiago: pare de procurar pelo em ovo, pare de incomodar o povo brasileiro, porque o povo brasileiro elegeu o PT para governar e é isso que nós estamos fazendo; aceite, aceite, meu querido; aceite que vai ser muito mais tranquilo.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 016/24, pelo governo.

**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO):** Presidente Mauro Pinheiro, meus caros colegas, antes de mais nada, agradeço aqui a gentileza do líder do governo, Ver. Idenir Cecchim, pela cedência desse espaço, espaço necessário para repor a verdade e responder ao petista Jonas Reis. Quadrilheiro, sim, Jonas Reis. Tu defendes bandido, tu defendes uma organização criminosa, condenada em primeira instância, condenada em segunda instância... Ah, vai se retirar do plenário? Não aguenta ouvir algumas verdades. Ah, ele vai gravar? Está bem. Vai gravar e não vai ficar para ouvir as verdades. Vai fazer o “L”? É assim que faz o “L”, não é? Sai correndo e não fica para ouvir, não quer ouvir as verdades, que tu defendes bandido, sim, Jonas Reis. É quadrilha, sim, condenada em primeira instância, em segunda instância, condenada em todas as instâncias da justiça que vocês mentem defender, da democracia que vocês mentem defender, e vem aqui falar que o PT está governando para o povo? Eles estão, na verdade, Ver. TJ, desesperados. Começou a aparecer o derretimento da avaliação do governo federal, perante a população, muito especialmente dos mais pobres, que pagam a conta do descontrole fiscal, da inflação e da corrupção, causada, sim, entre outros fatores, pelo inchaço das estatais brasileiras, inclusive da Trensurb. Para o Ver. Jonas Reis, está tudo numa boa; claro, o Jonas Reis só consegue enxergar as pesquisas que o próprio governo federal paga para avaliar bem o Presidente da República; governo federal, na verdade, usando o nosso dinheiro. Vocês têm noção do quanto custa o contrato de pesquisa, Ver. Oliboni, do PT, conduzido pelo ministro Paulo Pimenta para falar bem do Lula? Setenta e cinco milhões de reais do dinheiro do pagador de imposto, do dinheiro dos mais pobres desse País, que está lá, sendo utilizado para quê? Para quê? Para falar bem do governo federal, tanto é que as pesquisas pagas por esse instituto são completamente diferentes de todas as outras conduzidas por institutos independentes.

Então, Ver. Jonas Reis, quando o senhor sobe aqui nessa tribuna, diz para o Tiago, diz para mim, diz para qualquer um aqui, para dobrar a língua para falar do quadrilheiro do PT, para falar do bandido que assaltou esse País! Mensalão, petrolão, tudo descoberto no período da Lava Jato, que vocês tanto querem agora perseguir as pessoas que conduziram aquele processo importantíssimo para o Brasil, que demonstraram o conluio das empreiteiras que hoje vocês estão restabelecendo e fazendo com que elas possam contratar, de novo, com o poder público. Então, é uma vergonha vir aqui defender esse posicionamento.

Sobre a Trensurb, é óbvio que tem que ser privatizada, parceria público-privada, concessão, o modelo que for, inclusive muitos fundos de investimento, grandes empresas, estavam olhando para o mercado em Porto Alegre, querendo, sim, não apenas pegar a Trensurb para poder investir, trazer um serviço de melhor qualidade para a população, com o mesmo custo à população, mas fazendo a sua interligação, a sua conexão com outros modais de transporte, como também o transporte público na cidade

de Porto Alegre. Mas de transporte público na cidade de Porto Alegre o Ver. Jonas Reis aqui, infelizmente, não conhece, pois não anda de ônibus, gasta R\$ 3.500,00 em gasolina pago pelo pagador de imposto e ainda diz aqui que está preocupado com os mais pobres.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 016/24, pela oposição.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Ver. Mauro Pinheiro, colegas vereadoras e vereadores, quando o debate descamba, é difícil que a gente possa centrar as ideias em torno de uma realidade que nós estamos vivendo. Há uma tentativa aqui em Porto Alegre de privatizar o DMAE, bateu na trave várias vezes. Eu me lembro de um ato público, Ver. Cecchim, que estava desde o falecido João Dib a um militante que, na época, eu acho que era do PSB, ou seja, um espectro político amplo e no meio tinha dois ou três diretores que tinham sido do PT. A gente acha que os serviços básicos como água, esgoto e energia devem ser públicos. A questão da Trensurb foi uma criação não petista, não petista, foi uma criação, na época, do regime militar. Nesta época, houve várias atividades na área de saneamento, na área de transporte, feitas de forma pública não privada. Então, Ver. Tiago, devagar com o andor, a questão pública, trem público não é coisa do PT. Também quero dizer para o Ver. Ramiro que pode ter, em alguns lugares, algumas parcerias até feitas pelo nosso partido, dependendo das idiossincrasias locais. A Trensurb aqui teve um avanço significativo; nós conseguimos levar o trem até Novo Hamburgo. Há agora uma real possibilidade de levar o trem até Alvorada. Nós vimos que as privatizações feitas no Brasil têm dado com os burros n'água. O melhor exemplo de todas aqui, e o pior para o povo, é o caso da CEEE que virou Equatorial e temos esta barbaridade. Eu nunca tinha visto o Rua da Praia Shopping fechar por falta de energia. O Centro sem energia é coisa de uma empresa privatizada, hoje com o nome de Equatorial. Vamos devagar com a adjetivação e a xingação. Eu, quando me exacerbo, peço desculpas. Eu já fiz isso. Mas isso é uma exceção da exceção da exceção, mas, agora, está virando moda a xingação, especialmente para o PT.

A moção que está sendo apresentada é por um antigo vereador aqui que todos nós conhecemos e respeitamos, do PSB, o Ver. Ferronato, que já passou por uma experiência governamental no nosso antigo DEP, o Departamento de Esgotos Pluviais, e viu que a junção que o Marchezan fez do DEP/DMAE não deu certo. Estão aí os alagamentos, estão aí os problemas que esse governo tem que enfrentar. Foi eleito para enfrentar. Então não esperem de nós, Ramiro Rosário, Tiago Albrecht, entrarmos nessa onda que V. Exas. fizeram hoje à tarde aqui. Não vamos entrar nessa onda. Vossas Excelências são do NOVO, o NOVO é um partido privatista, os senhores têm o direito de defender. Agora, devagar com a linguagem; com a linguagem. Devagar, porque hoje foi extrapolado todos os limites em termos de ataques a um partido político, a pessoas que a justiça já julgou – já julgou –, já tem decisões. Então, devagar com o andor. Não será o vereador que vai me tirar do sério, porque se eu já saí do sério alguma vez, a segunda eu não vou sair, porque não é meu feitio, e não pensem que as provocações vão

me levar a uma torcida de pé. Aqueles que me conhecem aqui sabem do que eu estou falando. Não vou entrar em provocações. Aqui eu vou fazer o mais alto debate, e nesse mesmo tom eu vou permanecer. Muito obrigado, Presidente.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** A Ver.<sup>a</sup> Bruna Pâmela está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 016/24.

**VEREADORA BRUNA PÂMELA (SOLIDARIEDADE):** Boa tarde mais uma vez. Só uma lembrança que, toda vez que a gente fala de privatização, nós falamos de terceirização. Nós vamos entregar uma empresa estatal, uma empresa municipal na mão de um terceiro que vai contratar pessoas. E essas contratações, elas devem ser passadas tanto pela Prefeitura ou pelo Estado. Nós temos exemplos tanto das vinícolas quanto da Equatorial também, porque a gente pensa muito na falta de energia, mas não pensa nos trabalhadores da Equatorial que tiveram, com essas perdas, excesso de carga horária, excesso de jornada de trabalho, acidentes de trabalho sem reconhecimento, não afastamento para a Previdência Social quando tinham um atestado superior a 15 dias. Então, quando a gente fala de privatização, tem que pensar, além das pessoas que vão utilizar, que nós estamos entregando uma empresa que vai cuidar de trabalhadores ou não. Isso depende também de que forma vai ser adotada a contratação dessa empresa, ou a venda, ou a maneira que vai ser feito esse trâmite. Obrigada.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Tiago Albrecht, o Requerimento nº 016/24. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 13 votos **SIM**; 12 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

**Vereador Márcio Bins Ely (PDT):** Queria só manifestar a minha intenção de votar favorável ao projeto do Ferronato. Estava dando uma entrevista ali na TVCâmara e acabou que perdi a votação, mas queria registrar aqui o apoio à iniciativa do Ver. Ferronato. Peço desculpas, pois estava no meio da entrevista.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** Feito o registro. O Ver. Márcio Bins Ely registra a intenção de ter votado “sim”.

## VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

**REQ. Nº 228/23 – (Proc. nº 1251/23 – Ver.<sup>a</sup> Psicóloga Tanise Sabino) –** requer seja encaminhada Moção de solidariedade “em apoio à comissão dos aprovados do concurso público da FASE/RS 2022, em face da ausência de celeridade no processo de nomeação aos aprovados para o cargo de Agente Socioeducador”. **(SEI 215.00132/2023-93)**

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** Em votação o [Requerimento nº 228/23](#). (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PRD):** Boa tarde, quero saudar o Presidente desta Casa, os demais colegas vereadores; a presente moção tem o intuito, o objetivo de sensibilizar o governo estadual para que haja mais celeridade na nomeação dos candidatos aprovados para o cargo de agente socioeducador do concurso nº 01/2022 da FASE. Esse concurso ofereceu 50 vagas e teve 9.945 inscritos somente para este cargo. Eu fui procurada por Ericson Fuchs, aprovado no concurso da FASE, que relatou que, segundo a comissão de aprovados do concurso, antes da realização do certame, já existia um déficit de 500 agentes socioeducadores. Com a retomada das obras dos CAS Osório, Santa Cruz e Viamão, esse número será maior. O concurso da FASE nº 01/2022 para o cargo de agente socioeducador foi composto por três etapas: uma prova objetiva, uma prova de aptidão física e entrevista devolutiva. O processo iniciou no dia 1º de maio de 2022, sendo a última etapa realizada em 16 de abril de 2023, com os resultados homologados em 12 de maio de 2023. Dos candidatos que realizaram a prova objetiva, 2.100 foram chamados para a realização do teste da aptidão física e psicológica, e o final dessa etapa resultou em 1.197 aprovados. No entanto, até o presente momento, não ocorreram nomeações para o referido cargo, tampouco a divulgação de um cronograma com expectativas de chamamento desses candidatos. A última movimentação constante no *site* da FASE que trata sobre o concurso em questão foi em setembro de 2023. Lembrando que a função desempenhada por um agente socioeducador é de extrema importância, uma vez que ajuda pessoas nessa situação, sendo um papel de muita responsabilidade. Por isso merece uma atenção especial por parte do governo estadual a nomeação desses candidatos aprovados nesse último concurso.

Na tarde de hoje, peço, então, ajuda, colaboração, apoio dos colegas para que possamos encaminhar ao nosso governador essa moção de solidariedade, de apoio à comissão dos aprovados do concurso público da FASE, o que beneficiará não apenas os aprovados, mas o sistema como um todo. Muito obrigada.

**PRESIDENTE MAURO PINHIRO (PL):** Em votação o Requerimento nº 228/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com manifestação contrária do Ver. Tiago Albrecht.

Em votação o Requerimento nº 029/24. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Ocupo esta tribuna mais uma vez, mas agora, neste momento, por uma questão extremamente importante que é a moção de solidariedade à Brigada Militar, referente às recentes manifestações caluniosas, agressivas e imprudentes proferidas por muitas pessoas, agentes políticos aqui do Rio Grande do Sul.

Ora, todos nós acompanhamos a abordagem de policiais no bairro Rio Branco envolvendo um motobói negro e um idoso branco. O tema levantou polêmica nas redes sociais e na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. É muito importante destacar que a Brigada Militar, após o ocorrido, tomou as providências legais e pertinentes ao caso. De imediato, abriu um processo de sindicância que assegura o direito, a ampla defesa e o contraditório e, após a investigação, evidenciou a ausência de conduta racista durante essa abordagem. Ocorre que, mesmo após a sua conduta, a instituição sofreu inúmeras ofensas com o objetivo de degradar (Expressão substituída por determinação da oradora.) sua credibilidade e enfraquecer suas atividades.

É fundamental, e é isso que eu venho à tribuna registrar, a Brigada Militar exerce, com excelência, a sua função; precisa que seja resguardada a legitimidade das abordagens e o compromisso com o estado de direito, bem como o reconhecimento de suas atividades. Então, venho a esta tribuna solicitar aos meus colegas, vereadores e vereadoras, que votem “sim” nesta justa e merecida moção de solidariedade à Brigada Militar, uma instituição séria, comprometida, que trabalha dentro da lei. Obrigada.

**Vereadora Maristela Maffei (PT):** Uma questão de ordem, eu gostaria de solicitar à nobre colega Mônica Leal, vereadora desta Casa, que ela retirasse, por favor, dos autos, a palavra “denegrir” e a trocasse por “degradar”. Por gentileza, vereadora, eu sei que a senhora é sensível e fará isso.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** A Ver.<sup>a</sup> Fran Rodrigues está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 029/24.

**VEREADORA FRAN RODRIGUES (PSOL):** Boa tarde aos vereadores e vereadoras da Casa, subo a esta tribuna para falar sobre a moção de solidariedade à Brigada Militar. Esta mesma Casa – na verdade, a minha primeira aprovação aqui, Ver.<sup>a</sup> Karen, Ver. Robaina, Ver. Prof. Alex, meus companheiros de bancada do PSOL – aprovou a moção de solidariedade ao Gustavo Amaral, à família dele, um jovem negro vítima da Brigada Militar no Estado.

Eu me inscrevo, neste momento, para falar sobre essa moção de solidariedade, porque é preciso que a gente entenda, e eu sei que, como a Câmara é um espaço ainda muito branco, é muito difícil ainda que se entenda como a violência policial opera na nossa sociedade. E aí eu não subo à tribuna para atacar a Brigada Militar, mas porque nós trabalhamos com dados, e, com dados, que nós precisamos apresentar a verdade para o povo de Porto Alegre. Por que eu digo isso? Porque os agentes políticos que se posicionaram sobre o caso do Everton, por exemplo, um homem negro, que após sofrer uma tentativa de homicídio por um homem branco – vejam só, parece até piada –, ele sofre tentativa de homicídio por parte de um homem branco, e a Brigada Militar, ao chegar no local, o leva, tem uma atitude bem truculenta em cima do homem negro. Quando a Brigada Militar foi se manifestar – era melhor não terem se manifestado, mas se manifestaram – para dizer por que o Everton tinha ido no porta-malas, porque, para

eles, não teve um tratamento discrepante entre o negro e o homem branco. E é assim que o racismo age na nossa sociedade. Eu sei que para muitos aqui o racismo só é aquilo que acontece escancaradamente, mas não é! Não é! E o tratamento diferenciado entre o Everton e o homem branco – agora me fugiu o nome, eu prefiro nem repetir – é racismo, não tem como não dizer que não é. Por que o Everton vai no porta-malas? Porque o porta-malas da Brigada Militar é o novo navio negreiro, e ninguém fala sobre isso, Ver.<sup>a</sup> Karen Santos. Ninguém fala sobre isso, vereadora! Nós precisamos falar, sim. E não é a Fran que tirou da sua cabeça a ideia de que a Brigada Militar tem como principais alvos jovens negros e tatuados; uma pesquisa da ONU apresentou que, na grande Porto Alegre, os principais alvos da Brigada Militar são jovens negros e tatuados. Não é a Fran aqui da tribuna que está falando; é uma pesquisa feita pela ONU. Então está explícita a violência, por isso que muitos agentes políticos – e esse é o papel dos políticos também – se manifestaram contra a atrocidade que aconteceu, sim, com o Everton. Ele foi vítima de violência, apareceu em rede nacional a humilhação que o Everton sofreu e, para piorar, depois a Brigada Militar constatou que não, que não houve racismo e, ainda por cima, a Polícia Civil indiciou o Everton e o homem branco por lesão corporal. Se vocês forem ver as filmagens – já que daqui a pouquinho vai surgir alguém para falar –, e eu vi, o senhor sai da casa dele, bem belo, porque ele não tem nada o que fazer... Porque é isso, os trabalhadores da região falaram que aquele cara fica ameaçando os trabalhadores e entregadores, e ninguém fala sobre isso! Vocês foram conversar com os trabalhadores de lá para saber o que eles falam? Eles falam que aquele senhor ameaça, sim, os trabalhadores, ameaça e é racista sempre com os trabalhadores. E ninguém falou sobre isso! Claro, é no Rio Branco, e, no Rio Branco, todo mundo fica espantado, ficam com medo de falar do senhorzinho lá que não tinha nada o que fazer na vida dele e foi lá incomodar o rapaz que estava trabalhando naquele dia. Aí, não sou eu que estou falando que a Brigada Militar ataca os negros; é pesquisa! Os jovens negros são as principais vítimas da violência estatal, as pesquisas apontam. Não tem como votar a favor de uma moção dessas, inclusive teve vários vereadores aqui que votaram contra a moção de solidariedade à família do Gustavo Amaral, que foi assassinado pela Brigada Militar, não tem outro termo para se usar.

Então, eu digo para vocês o seguinte: querem apoiar, proteger a Brigada Militar, nós também. A Luciana Genro, deputada estadual, junto com o Matheus Gomes – para finalizar, Presidente – tem um projeto de lei, no qual se colocam câmeras nas fardas dos policiais. Vejam só, vão proteger os bons policiais, aqueles trabalhadores que estão cumprindo o seu trabalho, e vão proteger também a população negra e periférica, que são as maiores vítimas do braço armado do Estado, e não é de hoje.

**Vereadora Mônica Leal (PP) (Requerimento):** Presidente Mauro, eu gostaria somente de fazer um registro importantíssimo: a intenção não foi de ofender. Então, denegrir para degradar, se fica melhor, eu faço essa mudança no texto: denegrir a imagem para degradar a imagem. Mas deixo, mais uma vez, claro aqui que a intenção não foi, de forma alguma, ofender.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, está feito o registro.

A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 029/24.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP):** Muito obrigada, Presidente. Olha, ouvindo alguns vereadores da oposição, a gente chega a pensar que é uma piada o que eles estão falando, que os alvos da Brigada Militar são jovens negros. Quero dizer para aqueles vereadores que não entendem o trabalho da Brigada Militar que o alvo da Brigada Militar são criminosos, e que a Brigada Militar não olha cor, não olha sexo, não olha religião, não olha salário das pessoas, não olha nível educacional. A Brigada Militar trabalha, sim, contra criminosos e ponto final. Graças a Deus que nas nossas casernas, que no nosso efetivo tem homens, tem mulheres, tem brancos, tem negros, tem indígenas, tem de todas as cores, mas ali o que se tem, principalmente, é meritocracia e muito trabalho, tem o sacrifício da vida de cada um daqueles que colocam a sua farda de manhã cedo ou à tarde para salvar a vida do povo gaúcho.

Eu quero dizer para a Ver.<sup>a</sup> Mônica que não deveria trocar a palavra, porque denegrir é um verbo que diz que simplesmente não se pode sujar, não se pode macular e não tem nada a ver com racismo. Esse pessoal da oposição sempre quer fazer valer o seu grito, a sua fala, não tem nada a ver. Quero te parabenizar, Mônica, por essa moção de solidariedade à nossa Brigada Militar, que tem sido alvo de ataques de uma agenda que quer desmilitarizar as polícias militares, que quer trazer insegurança jurídica para os gaúchos e para os brasileiros. E sabem por que isso? Porque quando se destrói aquela instituição que zela pelo tecido social, tem-se anarquia, tem-se bagunça, tem-se corrupção, tem-se assassinatos. É essa mesma gente que quer liberar o aborto, que quer liberar as drogas e que não está nem aí para a família; bem pelo contrário, quer destruir aquela instituição Brigada Militar, que faz muito há 185 anos. É “sim”, sim para essa moção de solidariedade e às outras que vierem para a Brigada Militar, que tem feito o seu melhor trabalho. E, se por acaso, tiver algum homem ou mulher que esteja trabalhando fora do que é preconizado pela lei na jurisprudência da Brigada Militar, esse será retirado, será analisado, irá para a Justiça Militar e vai responder pelos seus atos, porque a Brigada Militar não persegue pessoas. Aliás, a Brigada Militar persegue criminosos. E eu gostaria muito de saber a quem interessa bater na Brigada Militar. Será que são as mesmas pessoas que defendem criminosos, bandidos, que defendem os maconheiros, que defendem a drogadição? É, essa gente aí quer destruir a sociedade gaúcha e Porto Alegre, mas não vão conseguir; a Brigada Militar é do Estado e assim continuará sendo, são homens e mulheres que colocam a sua vida em risco pela população gaúcha. Quando tiverem algum problema, pessoal, espero que vocês liguem para o 190 e tenho certeza de que serão muito bem atendidos por aqueles que não olham cor, que não olham quem, mas que defendem sempre aquele que precisa de defesa. É “sim” para essa moção de solidariedade de autoria

da Ver.<sup>a</sup> Mônica. Parabéns! Espero que esta moção passe por unanimidade; seria bem interessante ver quem vota “não” contra a Brigada Militar. Obrigada, Presidente.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 029/24.

**VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB):** Obrigado, Presidente, colegas vereadores. Quero falar rápido, porque quero votar a matéria, quero aprovar a moção, quero deixar claro que a fala do comandante Feoli, da Brigada Militar, me contempla completamente. Vendo as imagens, fica claro que não houve racismo no episódio, no último, porque tentam sempre criar uma discussão ideológica para virar busca de votos das massas ofendidas. Então, quero deixar claro que me sinto contemplado pela fala do comandante da Brigada Militar, não houve caso de racismo; houve lá uma agressão mútua entre as duas pessoas, enfim.

Mas eu quero alertar aqui a Ver.<sup>a</sup> Fran, que me antecedeu na fala, e fazer um alerta aqui, até pela constitucionalidade que nós temos que defender as instituições e as legalidades. O projeto de câmeras corporais não é da deputada Luciana Genro, ela até apresentou o projeto, é verdade, o deputado Matheus também, mas isso é uma ação de governo. Não poderia ser proposto por nenhum deputado, porque gera ônus para o outro poder, o Poder Executivo. Não adianta a Ver.<sup>a</sup> Fran, o Ver. Moisés, a Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia fazerem um projeto para o prefeito, por exemplo, pagar a conta, que é o caso. Adquirir um monte de câmeras para colocar, por exemplo, na Guarda Municipal, não poderia ser uma iniciativa de um legislador para o Poder Executivo pagar. A deputada Luciana Genro, claro, para ganhar a pauta, para dizer que foi ela, para o outro deputado dizer que foi ele, vão lá e fazem o projeto, mas que visivelmente tem vício de iniciativa. Quero dizer que conheço os responsáveis na Brigada Militar pela implantação ou não em agosto agora das câmeras corporais, e sou a favor delas. Acredito que se as câmeras corporais, nesse caso, estivessem funcionando, ficaria provado que não houve caso de racismo.

Então, quero aprovar com louvor, se pudermos, a moção. Queria publicamente dizer: vamos parar de mentir para os eleitores, vamos parar de mentir que nós, legisladores, podemos fazer projetos que gerem ônus para o Executivo pagar. Isso é uma medida eleitoreira, populista e inconstitucional. Obrigado, Presidente.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** A Ver.<sup>a</sup> Maristela Maffei está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 029/24.

**VEREADORA MARISTELA MAFFEI (PT):** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, já que a Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal faz uma moção e, dessa moção, este plenário faz um uso deturpado de algumas questões aqui, vamos recolocar. Já que fomos provocados aqui em relação à questão do termo denegrir; e a vereadora, de uma forma muito sábia e solidária, veio até aqui, colocou seu posicionamento e retirou.

Obrigada, vereadora, eu sei que a senhora é uma pessoa bem intencionada nesse sentido, é importante registrar. Outras palavras: denegrir, lista negra, fazer nas coxas, coisa de preto, o lado escuro da força, ovelha negra, negrinha, tem mais algumas que poderiam ajudar aqui... Ver.<sup>a</sup> Nádia, a senhora que é da Brigada Militar, que chato hein? Pegando carona com a moção da Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal. Ficou ruim, hein? Poxa, vereadora, esperava mais da senhora. Mas, esperava mais, entre aspas, né? Porque nós, mulheres, pensamos que a gente, quando coloca uma roupa, seja a roupa que for, ela é porque a gente tem direito e a gente usa porque quer, e jamais fazemos uso de uma roupa para ser a noiva do demônio. Então, essas coisas nós temos que aprofundar, não são tão simples assim.

E Ver.<sup>a</sup> Mônica, eu quero fazer uma crítica no sentido de me colocar à disposição para ajudar a aprofundar esse debate. Quando se coloca alguma coisa em relação a fazer a crítica que nós consideramos verdadeira, ela não tem só um sentido de fazer oposição; ela tem muito sentido pedagógico. Eu, sim, considero e acredito em tudo que eu vi. Sim, é uma questão racista. A senhora acredita que não. Eu acredito que sim, mas eu não venho aqui dizer para a senhora que a senhora não tem o direito de fazer isso. Assim como ninguém vai vir aqui dizer que eu não tenho o direito da contestação. E quando a gente fala em contestação, a gente trabalha com fatos e busca na história o lado da história que realmente acontece. Quem fez toda essa questão desse lado que coloca a questão do racismo foram os colonizadores. Quem criou toda essa linguagem foram os colonizadores. Nós, brancos, vereadora, deveríamos e devemos ser pessoas que possam contribuir para a evolução dos brancos, para que possamos ter uma questão pedagógica, humanitária e reparadora, Ianara. Ianara, que é lá da Lomba do Pinheiro, é nossa Iyá, né? Da matriz africana a qual eu tenho muito respeito.

Eu tenho uma filha negra e uma neta retinta, Vergínia Zuri, leva o nome da minha mãe, que é de origem italiana, e Zuri é de origem africana, de uma rainha. Portanto, nós devemos trazer para o plenário, para a vida real, coisas que venham agregar, coisas que venham romper, coisas que venham fazer com que tirem essa cicatriz maldita do racismo. O racismo nos dói, o racismo nos corrói, não dá para aceitar. E eu acho que, quando nós fizemos isso, nós não podemos misturar o respeito que nós temos pela nossa Brigada Militar com o fato que ocorreu. Isso, sim, não é pedagógico.

Então, eu faço de uma forma respeitosa, mas com a firmeza que a senhora me conhece e sabe que eu tenho em relação ao pensamento. Muito obrigada.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 029/24, pela oposição.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Boa tarde colegas, subo também a esta tribuna para me manifestar contrária a essa moção. Justamente eu estou bem contemplada pelos elementos que a minha colega Ver.<sup>a</sup> Fran Rodrigues trouxe, mas eu acho importante resgatar o sentido científico da ideologia do racismo e como, em âmbito da criminologia, sempre foi utilizado o perfil de suspeição, e aí está Cesare Lombroso, que foi um criminalista italiano, que ainda hoje faz parte dos manuais de

formação da Brigada. A pesquisa que a Fran levantou, trazendo o diagnóstico dos próprios brigadianos, de quem está na base, atuando na Região Metropolitana e nos bairros periféricos de Porto Alegre, apontou aqui: o primeiro apontamento na abordagem não é a tornozeleira eletrônica, a tornozeleira apareceu como o quinto item da lista que foi questionada aos brigadianos. O primeiro elemento era a cor de pele, o segundo elemento era a vestimenta, o terceiro elemento era ter ou não ter tatuagem, e o quinto elemento do perfil de abordagem era a tornozeleira eletrônica. Se isso não é racismo, colega Ver.<sup>a</sup> Mônica, eu não sei o que te dizer. Isso vem sendo debatido, inclusive por colegas militares, de dentro da polícia, não é à toa que existe um movimento de policiais antirracistas, que estão presentes na Polícia Rodoviária; Polícia Rodoviária que foi a mesma que apreendeu Breno Borges em Minas Gerais, filho de uma desembargadora. O Breno Borges foi preso com 300 quilos de maconha, armamento de grosso calibre e foi considerado com Síndrome de Borderline. Ao mesmo tempo, a gente vê, dentro dos nossos presídios, boa parte jovens de baixa escolaridade, oriundos das nossas comunidades, presos por pouco, aporte de entorpecentes. Eu não vejo a mesma intenção da Brigada Militar nos bairros nobres. Como se fosse só na periferia que se tivesse consumo de drogas. A gente tem eventos culturais, o Universo Paralelo, por exemplo, que tem até ambulância disponível na porta, porque sabe que vai ter o uso de entorpecentes. E eu não vejo a mesma intenção da segurança pública em fazer abordagens nesses eventos e nesses territórios.

A questão do Everton só teve notoriedade, porque foi dentro de um bairro de classe média, que foi o bairro Rio Branco. Um bairro que antigamente também era ocupado pela população negra, que foi higienizado, e aquilo aconteceu gravado e teve a repercussão nacional. Então é importante se solidarizar com as vítimas do racismo da polícia: Ronaldo que foi assassinado com um tiro de fuzil nas costas no Morro Santa Teresa; a Jane, liderança comunitária da Cruzeiro, que teve a sua casa invadida por policiais militares e teve um mal súbito; Gustavo Amaral também que foi confundido – confundiram o celular dele com uma arma. Então, são diversos casos, e a gente precisa debater que política de segurança é essa, neste Brasil, que prende muito mais a população negra, que assassina muito mais a população negra, que aborda muito mais a população negra do que a população não negra?

Recentemente, fiz também um pedido de informações para as abordagens da Guarda Municipal, aqui no município de Porto Alegre, e pasmem, novamente, desproporcional a abordagem em pessoas negras em relação à quantidade de negros autodeclarados no nosso Município, ou seja, há uma intencionalidade por parte das forças de segurança pública. Isso precisa ser discutido, debatido, porque se trata das nossas famílias, dos nossos amigos, dos nossos parentes, e, obviamente, que a gente vai ter posicionamento em relação a uma moção que quer “passar pano” para uma situação notória, visível de racismo que está acontecendo no bairro Rio Branco. Não tem como não se posicionar contrário a essa moção.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 029/24.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores, eu acho que aqui não se está discutindo o racismo, até porque, naquela ação da Brigada Militar, quem estava fazendo a ação era um negro que entrou pelas cotas na Brigada Militar. Ver.<sup>a</sup> Karen, o comandante da Guarda Municipal é um negro, capitão Nascimento. Então, eu não acredito que negro prefira prender negro, não tem como. Como é que um negro vai perseguir outro negro? Não. Eu quero apoiar essa moção, apoiar a Brigada Militar do Rio Grande do Sul, uma das mais preparadas ou a mais prepara do Brasil, uma Brigada Militar que ajuda todos, que faz partos de brancos e de negros nas suas viaturas, que socorre brancos e negros quando é chamada. Uma guarda que bate continência para mulheres e para homens, para mulheres brancas e mulheres negras, para homens brancos e homens negros. Nós temos uma Brigada só no Rio Grande do Sul, uma Brigada que protege o cidadão de bem e age, quando precisa agir, independente se é branco ou se é negro, age com quem comete algum desvio de conduta.

Quanto às tatuagens, Ver.<sup>a</sup> Karen, eu acho que estão confundindo com aquele presidente de El Salvador que acabou com a violência no país de El Salvador e foi eleito com 85% dos votos, sem precisar prender adversários, como faz o presidente da Venezuela. A segurança é um assunto que interessa para todos nós, para brancos, para negros, para jovens, para velhos, para tatuados ou não tatuados. A Brigada Militar faz o seu papel, cumpre com o seu dever e, por isso, votaremos, sim, a favor dessa Moção. Obrigado.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** A Ver.<sup>a</sup> Biga Pereira, Abigail Pereira... Biga Pereira – eu faço uma confusão entre Abigail e Biga – está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 029/24.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Presidente, eu sou Abigail, mas pode me chamar de Biga; está tudo certo. Eu quero dizer aqui que esse tema é muito sério e, como sério, ele deve ser tratado; tratado com seriedade. Eu devo dizer que nós não devíamos, aqui nesta Casa, ao tratar desse tema, vir aqui para lamentar ou para se solidarizar. Aqui o debate tem que ser sério e colocado no devido lugar. Eu não estou aqui para dizer que esse está certo ou aquele está errado. A nossa justiça está aí julgando. Eu devo dizer que, quando os vídeos apareceram em nossos celulares e nas nossas redes, o que eu ouvi, o que eu assisti foi chocante. O que eu ouvi quando aquela mulher na janela gritou para o Sr. Sérgio – “Não briga com ele, porque se trata de um traficante.” – é rotular uma pessoa pela cor da pele. Quando tu temes, dentro de um *shopping*, ver uma pessoa negra, e os seguranças passam a perseguir, é por que enxergam, naquela pessoa negra, um perigo para a sociedade. É disso que nós precisamos falar. Como Porto Alegre pode ter os dados que nos apresenta de abordagens desse tipo? É no futebol, é dentro do ônibus, é na rua, é na escola; são todos os dias. É sobre isso que nós precisamos falar, ações

efetivas. Vamos lá! Cadê o letramento antirracismo para os policiais? Isso nós queremos. Essa é uma ação objetiva e necessária, assim como a câmera nos uniformes é necessária. Isso é uma ação efetiva. Eu vir aqui me solidarizar com um dos lados, digamos, o que é isso? Nós vimos o Everton ser levado na chamada cachorreira, atrás do camburão. O outro foi convidado a ir sentadinho no banco de trás; aliás, antes disso, ele teve a oportunidade de subir até o seu apartamento, deixar sua faca, canivete, qualquer objeto que cortou o pescoço do Everton. Se é isso que nós estamos discutindo aqui, nós passamos a discutir o fato evidenciado, divulgado, então, desculpa mesmo – Ver.<sup>a</sup> Mônica –, mas eu a convido para nós discutirmos essa questão como ela, de verdade, se apresenta. Não é só o problema do Everton, da abordagem policial; são muitas outras tantas em que aquele que se sente autoridade, que deve nos proteger, quando ele acionou o Estado e o Estado o tratou dessa forma. Dizer que denegrir está tudo certo? Isso é racismo. Está certo, Maristela, isso é racismo. Tornar negro, e a Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia explicitou, denegrir é tornar negro, e ela disse ainda sujo. Sujo, palavra dela. É sobre isso que nós precisamos falar. Nós precisamos, de verdade, falar aqui de forma séria, de como nós vamos enfrentar o racismo na nossa cidade no dia a dia e não vir aqui se solidarizar e esquecer que nós estamos falando sobre racismo. Vir aqui falar, como já aconteceu semana passada, vir falar da nossa literatura que aborda a questão antirracista e falar do prisma moral. Moral, eu estou disposta, não tem problema. Vamos discutir a moral? A moral que nos dá oportunidade para que essas pessoas tenham qualidade de vida e de trabalho, e não como o Everton que tem que se sentar na calçada, que foi a primeira agressão. E aqui, hoje, nesta tarde, o Valter do Sindicato dos Motociclistas situou a questão dos motociclistas que ficam levando na porta dos apartamentos as tele-entregas serem tratados dessa forma nesse bairro de classe média. É isso, Sr. Presidente, que a gente possa tratar aqui..., os brancos possam tratar não desse lugar de fala dos brancos – viu, Fran? e nossa querida Ver.<sup>a</sup> Karen – vir aqui e dizer: Vamos tratar esse tema com a seriedade que ele merece. E não basta dizer: Não, eu não sou racista; você tem que ser antirracista. Por isso, eu encaminho aqui a votação “não” a essa moção.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** Mais algum vereador se inscreve? (Pausa.) Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis, o Requerimento nº 029/24.

**Vereadora Maristela Maffei (PT):** Sr. Presidente, não sou favorável à moção e quero justificar o meu voto. Além de eu ter solicitado a retirada da palavra denegrir no mérito da moção, essa palavra permanece dentro desse bojo, por isso o meu posicionamento. Obrigada.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** (Após a apuração nominal.)  
**APROVADO** por 19 votos **SIM**, 9 votos **NÃO**, 1 **ABSTENÇÃO**.

## **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

**PROC. Nº 0243/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 114/23**, de autoria do Ver. José Freitas, que altera o art. 2º da Lei Municipal 12.593, de 10 de setembro de 2019 – que dispõe sobre a divulgação de lista informando a ordem de espera para vagas em todos os níveis de ensino pelos estabelecimentos da rede municipal de ensino, inclusive as creches conveniadas –, e inclui art. 2º-A na Lei nº 10.728, de 15 de julho de 2009 – que instituiu o Portal Transparência Porto Alegre –, e alterações posteriores, determinando a divulgação da lista de espera das vagas escolares da rede municipal de ensino nos meios eletrônicos do Executivo Municipal. **(SEI 034.00128/2023-44)**

**Pareceres:**

- da CCJ. Relator Ver. Ramiro Rosário: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da CEFOR. Relatora Verª Mari Pimentel: pela aprovação do Projeto;
- da CECE. Relator Ver. Giovane Byl: pela aprovação do Projeto.

**Observações:**

- com Emenda nº 01, dos Vers. José Freitas e Alvoni Medina (Líder da Bancada do REP);
- com Subemenda nº 01 à Emenda nº 01, das Veras Biga Pereira (Líder da Bancada do PCdoB) e Coletivo Cuca Congo;
- com Emenda nº 02, dos Vers. Tiago Albrecht (Líder da Bancada do NOVO), Alvoni Medina e José Freitas e da Verª Mari Pimentel;
- com Emenda nº 03, dos Vers. José Freitas e Alvoni Medina (Líder da Bancada do REP);
- adiada a discussão por duas Sessões em 28-02-24;
- incluído na Ordem do Dia em 18-10-23.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** Em discussão o [PLL nº 114/23](#).  
(Pausa.) O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir a matéria, como autor.

**VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS):** Boa tarde, Presidente Mauro, colegas vereadores e público que nos assiste. Temos aqui mais um projeto que traz transparência. Na verdade, já existe lei que nós aprovamos de minha autoria, transparência na educação, e o nosso intuito aqui é ajudar os pais, facilitar a vida dos pais, das mães em relação à transparência na ordem de espera das vagas na educação infantil. Eu quero deixar bem claro que essa transparência preserva a identidade da criança. Foi uma discussão que nós fizemos com a Secretaria de Educação, e ela nos corrigiu nesse item. Hoje já tem a lei de minha autoria, que eu estou modificando, porque, hoje, o que a lei diz? A lei diz que as creches conveniadas de educação infantil precisam divulgar a ordem de espera das vagas. Já existe isso então. Nas escolas, já existe esse cartaz que diz

a ordem de espera das vagas. Nós estamos mudando o quê? Acrescentando, nessa minha lei, que tenha também disponível no *site* da Prefeitura, no Portal de Transparência e também no aplicativo 156+POA. Então, repito, isso é para facilitar a vida dos pais. Hoje, se nós aprovarmos essa mudança na lei aqui, os pais vão ter também essas ferramentas em casa, na mão, facilitando a vida deles. Em casa, no seu celular, eles já vão poder abrir o aplicativo 156+POA e ali ver qual é a posição, a ordem de espera dos seus filhos na creche. Eu quero aqui encaminhar a emenda – na verdade, a subemenda da Ver.<sup>a</sup> Cuca e da Ver.<sup>a</sup> Biga – positivamente, favoravelmente, que vem somente ajudar. E deixar bem claro que é na educação infantil. E o mais importante ainda: preserva a identidade da criança. Então, eu peço o voto favorável dos colegas que assim entenderem. Um abraço.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL nº 114/23.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, nós vemos aqui um projeto que, na minha opinião, tem uma importância grande. Parabéns, Ver. José Freitas! Mas nós temos um problema grave na capital que não é só a ordem de espera, é ter espera, ter lista de espera. Numa capital com superávit de R\$ 11 bilhões ter lista de espera, eu me envergonho profundamente que tenha a criança sem escola – são 11 mil crianças, são 11 mil famílias –, imaginem a lista de espera. Eu vou aprovar este projeto do Ver. José Freitas porque ele é meritório, e nós vamos imprimir juntos essa lista de espera, e nós vamos protocolar essa lista de espera, Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, na Secretaria de Educação. Nós vamos pendurá-la toda na Secretaria, em todo o prédio e no prédio da Prefeitura, porque essa é a lista da vergonha. Onze mil famílias que não acessam o direito à educação – essa é a imagem do governo Melo, essa é a vergonha da cidade, um governo incapaz de fazer escolas. Nós vamos pendurar para mostrar a todo o povo, que tem o direito a acessar a educação – direito constitucional, Emenda nº 59, de 2009, que não é cumprida neste Município. Nós temos pais e mães que pedem, imploram, todos os anos, e não conseguem vagas para os seus filhos. Nós temos mães que querem trabalhar, produzir, melhorar a sua condição familiar através da renda e não tem escola para o seu filho e não tem dinheiro para pagar escola particular, e ela tem a sua vida atacada pelo governo, pela Prefeitura, quando, na verdade, a Prefeitura deveria dar o direito a todas as crianças, mas aí o que tu fazes? Tu vais trabalhar e deixar o teu filho na esquina? Deixar teu filho na rua? Deixar teu filho sozinho em casa, com quatro anos, cinco anos? Cadê a consciência do prefeito? Ontem o prefeito botou no Instagram: “Cortando fio”. Ah, diz ele que cortar fio na rua é a prioridade... Isso é *marketing* puro! *Marketing* vergonhoso! Ele que vá multar as empresas de telefonia! Para isso que o prefeito foi eleito, para exercer, com altivez, o seu cargo. Não, ele vai lá, bota o chapéu de palha e vai cortar fio. Gente, quer tirar o emprego dos trabalhadores? Quer tirar o emprego? Mas o que é isso, prefeito? Onde o senhor está com a cabeça? Quem o está orientando? Quem são os assessores? Eles querem derrubá-lo, hein? Abre o olho! A turma que o está orientando quer derrubá-lo, quer vê-lo fora do cargo de prefeito, porque

quem dá essa orientação para o prefeito de não fazer escola, de não botar as crianças na escola e sair por aí cortando fios, desfilando com chapéu e postando no Instagram como se isso fosse belo, bonito... Isso é, na verdade, o retrato da vergonha de uma capital que está desgovernada. Falta compostura, falta altivez. O secretário da educação senta nas escolas em que os alunos estão lá dentro, come a merenda com as crianças e diz: “A merenda é boa”, mas tem 11 mil crianças que não entram na escola para comer merenda alguma, porque não tem escola, não tem vaga! Eu queria que ele fosse para as calçadas das periferias, o secretário de Educação, para falar com as mães que não conseguem levar a criança para a escola, porque não tem escola. Esse é o caso do Lami, esse é o caso lá em cima, Rua Dona Veva, no bairro Aparício Borges, Morro da Polícia, que não tem escolinha de educação infantil! Subi lá ontem. Aliás, estamos, Ver.<sup>a</sup> Mônica, há oito dias no Morro da Polícia – olha a ironia, agora há pouco aprovaram uma moção de apoio à polícia –, que não tem água porque a caixa d’água foi desativada, e o secretário, o diretor-geral do DMAE foi lá e disse: “Não tem como ajeitar essa caixa”. Mas o que é isso? R\$ 300 milhões no caixa do DMAE, e estão lá as crianças sem escola e agora sem água. Esse é o resultado.

Eu vou aprovar, nós vamos votar, o PT vai votar para aprovar a lista de espera, só que é uma vergonha numa capital que deve R\$ 1 bilhão do Fundeb. O Ministério Público de Contas já disse: “Tem que criar vaga nova”. O prefeito de Recife, que não é de esquerda, está entregando uma escola de educação infantil por mês. Este aqui fechou a EMEI Paineira, na Zona Leste, está fechada até hoje, e tem escolas em prédio provisório, como o Jardim de Pira-pira Amarelo, porque eles não conseguem executar uma obra – nem recauchutar os prédios velhos eles não conseguem. Isso me indigna, porque parece que o prefeito não quer ser prefeito. Por que nós não temos uma pessoa que queira fazer escola? O posto de saúde lá de cima, da Rua Orfanotrófio, está fechado há mais de dois anos. Um prefeito que não quer fazer escola, não quer fazer posto de saúde, o que ele quer fazer? Cortar fios dos postes; esse é o resultado, isso que nós vamos, cortar fios em postes. Eu quero dizer para vocês que eu invejo outros municípios, eu invejo quem faz o trabalho como gestor, um gestor prefeito tem que ter um secretário de Serviços Urbanos que resolva e não um secretário blogueiro. Esses dias eu vi um vídeo do secretário no chão, aí ele pulou: “Aqui tem asfalto!” Aí olhas ao redor, e os fios? No próprio vídeo dele, cheio de emaranhado de fios! Esse é o secretário blogueiro do prefeito Melo. A gente agora vive de blogueiros, de Instagram, de postagens, de curtida, de *likes*, de comentários. Vamos trabalhar, gente! Foi aumentado os salários dos secretários aqui, será que o secretário não consegue cortar os fios, que o prefeito tem que ir lá cortar os fios e não faz escola. Tem que fazer escola! Tem que fazer escola e não a gente ficar botando só lista de espera, acho que é bom a lista de espera, porque quem espera tem que saber o seu lugar na fila, por isso é meritório, Ver. José Freitas, para a pessoa que está na fila saber, o problema é que ela vai esperar anos na fila, esse é o problema, isso é o mais triste. Nós temos que mudar isso, fazer escolas. Eu fui a Brasília lutar por recurso. O FNDE está precisando de projeto. O secretário José Paulo tem que enviar projeto para o FNDE, para a gente, inclusive, disputar recurso com os deputados federais para botar

dinheiro, todos os deputados federais, para encerrar, do Rio Grande do Sul ganham voto em Porto Alegre. Eu quero saber se esses deputados federais vão mandar dinheiro para nós, mas para mandar para fazer escola tem que ter os projetos no FNDE, para mandar dinheiro, daí nós vamos fazer escola, que é essencial.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 114/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Idenir Cecchim, a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLL nº 114/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 25 votos **SIM**; 1 voto **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 02 ao PLL nº 114/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 03 ao PLL nº 114/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 114/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

## **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

**PROC. Nº 0543/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 320/23**, de autoria do Ver. Claudio Janta, que institui o Recanto dos Orixás na Praça Quinze de Novembro. (SEI 024.00098/2023-86)

### **Pareceres:**

- da CCJ. Relator Ver. Tiago Albrecht: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto (empatado);
- da CUTHAB. Relator Ver. Adeli Sell: pela aprovação do Projeto;
- da CECE. Relator Ver. Gilson Padeiro: pela aprovação do Projeto.

### **Observação:**

- incluído na Ordem do Dia em 27-11-23.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** Em discussão o [PLL nº 320/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com manifestação contrária dos vereadores Tiago Albrecht e José Freitas, e da Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel.

O Ver. Alvoni Medina solicita verificação de votação do PLL nº 320/23, já que a votação foi simbólica e defiro seu pedido.

Em verificação de votação, solicitada pelo Ver. Alvoni Medina, o PLL nº 320/23. (Pausa.) (Após apuração nominal.) **APROVADO** por 16 votos **SIM**; 8 votos **NÃO**.

**Vereadora Maristela Maffei (PT):** Presidente, só para constar, a intenção era votar “sim”.

**Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, em acordo com o Ver. Jonas, passar à discussão e votação do PLL nº 024/22, e após, o PLL nº 023/22.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** Em votação o requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

### **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

**PROC. Nº 0053/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 024/22**, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, que cria a Estratégia Municipal de Navegação de Pacientes com Neoplasia Maligna. (SEI 161.00015/2022-11)

#### **Pareceres:**

- da CCJ. Relatora Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da CEFOR. Relatora Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel: pela aprovação do Projeto;
- da CUTHAB. Relator Ver. Pablo Melo: pela aprovação do Projeto;
- da COSMAM. Relatora Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal: pela aprovação do Projeto.

#### **Observação:**

- incluído na Ordem do Dia em 04-10-23.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** Em discussão o [PLL nº 024/22](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Presidente Mauro Pinheiro, colegas vereadoras e vereadores; este projeto cria uma estratégia municipal de navegação de pacientes com neoplasia maligna. O que é neoplasia maligna? É câncer, a gente está

falando de oncologia. Tem um parecer da CCJ, a relatora é a Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, que diz que tem existência de óbice no projeto, mas nós consultamos o procurador da Casa, que diz que não é inconstitucional este projeto, que ele é legal, e deu um parecer favorável ao projeto. Eu fiz um texto para falar sobre o projeto, mas eu não vou ler o texto que eu fiz, eu só vou falar sobre um caso que eu estou vivendo atualmente, até por ser uma vereadora que trabalha muito com as questões voltadas à saúde, eu sou muito procurada por pessoas que estão com problemas e que precisam de voz, que estão morrendo na fila muitas vezes e que precisam de alguém que olhe por elas. Pois é, esse paciente, um homem de 68 anos, funcionário aposentado do Município, da Secretaria da Fazenda, ele tem um laudo médico com diagnóstico de câncer hepático em estado avançado, uma consulta marcada para amanhã, 12 de março, com um gastro, sendo que ele tem aprovação, autorização para consulta com um onco e que não foi marcada ainda. Ele está há 45 dias na fila aguardando para ser atendido, para ter uma consulta, e ainda não tem. O nosso projeto faz com que essa pessoa tenha prioridade, porque ele é prioridade um no diagnóstico dele, ou seja, é o câncer mais agressivo que nós temos, e ele ainda tem uma previsão de aguardar mais 30 dias para ser atendido com a consulta. Quando é que vai iniciar o tratamento desse paciente, sendo que o tumor dele cresce um centímetro por dia. Ele estava, há um mês, com dois centímetros, hoje ele tem 25 centímetros. Essa pessoa vai morrer, porque ela tem outros problemas de saúde também. Esse é só um caso dentre tantos casos que a gente recebe. Então é por isso que é tão importante que possamos votar este projeto. Há um parecer favorável da Secretaria Municipal de Saúde, um parecer do procurador também favorável, e eu conto com os vereadores desta Casa, com a sensibilidade para que possamos aprovar, porque teremos, assim, a autonomia para cobrar, fiscalizar e não permitir que mais pacientes morram na fila de espera. Muito Obrigada.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** A Ver.<sup>a</sup> Bruna Pâmela está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 024/22.

**VEREADORA BRUNA PÂMELA (SOLIDARIEDADE):** Minha fala será breve, rápida. Minha mãe teve, em 2020, um diagnóstico de câncer de mama; pela demora no tratamento, como ela teve neoplasia maligna, houve um avanço muito rápido, com metástase. Então, quando a gente detecta qualquer tipo de nódulo... O câncer tem pressa, é rápido, e a saúde da gente debilita até com a medicação. Então, o quanto antes tiver o tratamento, o diagnóstico em mãos, mais chance de vida. A minha mãe levou seis meses; em seis meses, ela teve uma metástase no pulmão, uma no fígado e óssea, vindo a falecer três anos depois, por um diagnóstico tardio. Então, votar nisso é preservar, deixar maior a vida das pessoas; e digo isso como uma cidadã que passou, que perdeu um familiar por isso. Então, brevemente é isso, obrigada.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** Em votação o PLL nº 024/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Aprego o Projeto de Resolução nº 023/24, de autoria da Mesa Diretora.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que solicita a retirada de tramitação do PLL nº 506/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Registramos a intenção do Ver. Hamilton Sossmeier de votar contrariamente ao PLL nº 320/23.

Registramos a manifestação do Ver. Gilson Padeiro no sentido de que votou equivocadamente o Requerimento nº 016/24.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL):** (18h09min) Por acordo dos vereadores, está encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

## **PAUTA – DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

### **1ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0066/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 004/24**, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, que inclui arts. 20-A e 20-B na Lei Complementar nº 757, de 14 de janeiro de 2015 – que estabelece regras para a supressão, o transplante ou a poda de espécimes vegetais no Município de Porto Alegre e dá outras providências –, determinando providências ao Executivo Municipal quanto à elaboração de laudo técnico e à execução do serviço de supressão, poda ou transplante em áreas privadas, nas situações que especifica. **(SEI 023.00002/2024-61)**

**PROC. Nº 0095/24 – PROJETO DE LEI DO COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 003/24**, que altera o inc. II do art. 3º, o *caput* do art. 7º, o *caput* do art. 12, o inc. III do art. 14, os §§ 1º, 2º, 3º e os incs. I e II do art. 15, o *caput* do art. 16, o parágrafo único do art. 17; inclui o § 2º no art. 3º, o § 4º no art. 15 e o Anexo III; renumera o parágrafo único para § 1º no art. 3º e revoga itens 36 e 68 do Anexo I da Lei Complementar nº 942, de 25 de maio de 2022; altera os incs. I, III, V e VII e revoga o

inc. XII do art. 3º da Lei nº 5.994, de 25 de novembro de 1987; e revoga a Lei nº 8.449, de 30 de dezembro de 1999. (altera Programa de Gestão do Patrimônio Imobiliário de Porto Alegre) (SEI 118.00245/2024-96)

**PROC. Nº 0558/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 325/23**, de autoria da Verª Vitória Cabreira, que concede o título de Cidadã de Porto Alegre à Sra. Daiana Silva dos Santos. (SEI 244.00014/2023-56) Observação: com Emenda nº 01, da Verª Biga Pereira.

**PROC. Nº 1080/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 633/23**, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que altera o § 2º do art. 2º da Lei nº 10.428, de 6 de maio de 2008, e alterações posteriores, possibilitando estender o período de permanência do Acampamento Farroupilha até o domingo imediatamente subsequente ao dia 20 de setembro. (SEI 220.00287/2023-14)

**PROC. Nº 1119/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 652/23**, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que obriga a empresa concessionária ou permissionária de energia elétrica a realizar a manutenção, o alinhamento, a substituição e a retirada de fios e cabos de energia elétrica e de fibra ótica de telecomunicações avariados, inutilizados ou em desuso presentes nos postes de energia elétrica localizados no Município. (SEI 032.00041/2023-79)

**PROC. Nº 1277/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 732/23**, de autoria do Ver. Pablo Melo, que declara de utilidade pública a Sociedade dos Amigos dos Balneários de Ipanema – SABI. (SEI 218.00071/2023-61)

**PROC. Nº 0030/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 015/24**, de autoria do Ver. Claudio Janta, que estabelece permissão ao Município para assumir a distribuição de energia elétrica em situações de emergência ou calamidade pública após 24 (vinte e quatro) horas de falta do serviço sem comunicado oficial ao Executivo Municipal, por parte do distribuidor de energia, de prazo para o seu reestabelecimento total. (SEI 024.00021/2024-97)

**PROC. Nº 0035/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 016/24**, de autoria dos Vers. José Freitas e Alvoni Medina, que altera, no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010, a data da efeméride Dia da Força Jovem Universal (FJU) do terceiro domingo do mês de março para o segundo sábado do mês de janeiro. (SEI 034.00023/2024-76)

**PROC. Nº 0037/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 018/24**, de autoria do Ver. Claudio Janta, que proíbe a circulação de publicidade e de propaganda pornográfica ou de qualquer meio que promova serviços em aplicativos de venda de

conteúdos adultos, tais como eróticos ou sexuais, no Município de Porto Alegre. (SEI 024.00031/2024-22)

**PROC. Nº 0075/24 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 002/24**, que dispõe sobre procedimento de desapropriação por hasta pública para proteção do patrimônio histórico-cultural inventariado do Município de Porto Alegre denominado “Casa Azul”. (SEI 118.00230/2024-28)

**PROC. Nº 0099/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 008/24**, de autoria do Ver. Engº Comassetto, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Porto Alegre. (SEI 154.00025/2024-26)

**PROC. Nº 0111/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/24**, de autoria do Ver. Giovani Culau e Coletivo, que concede a Comenda Porto do Sol ao senhor Júlio Xandro Heck, reitor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. (SEI 234.00178/2023-93)

**PROC. Nº 0117/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 010/24**, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre à Associação Protetora da Infância – Murialdo Porto Alegre. (SEI 021.00037/2024-01)

**PROC. Nº 0129/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/24**, de autoria da Mesa Diretora, que revoga o § 6º do art. 13 da Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992 – Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre –, permitindo a manutenção dos cargos na Mesa Diretora em caso de nova opção partidária. (SEI 014.00004/2024-60)

## 2ª SESSÃO

**PROC. Nº 0048/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 001/24**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Cláudia Araújo, que inclui arts. 11-A e 11-B na Lei Complementar nº 284, de 27 de outubro de 1992 – que institui o Código de Edificações de Porto Alegre e dá outras providências –, vedando o emprego de práticas de arquitetura hostil em espaços livres de uso público; e determina prazo para retirada de itens dessa arquitetura. (SEI 161.00046/2024-34)

**PROC. Nº 0056/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 002/24**, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que inclui inciso XXXV no art. 70 da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973, concedendo direito à isenção do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do estabelecimento ao proprietário de imóvel que ceder funcionário contratado sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para trabalho voluntário na restauração e mitigação de danos e sinistros decorrentes de eventos e desastres naturais. (SEI 220.00038/2024-18)

**PROC. Nº 0059/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 003/24**, de autoria do Ver. José Freitas, que inclui inc. IV no art. 73 da Lei Complementar nº 992, de 7 de novembro de 2023, priorizando a tramitação do processo administrativo das pessoas cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) relativo à supressão, à poda, ao manejo ou ao transplante de vegetais arbóreos ou arbustivos, desde que constatada situação de risco iminente à vida humana ou à propriedade. **(SEI 034.00028/2024-07)**

**PROC. Nº 1135/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 661/23**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Aline Kerber, que institui o fornecimento gratuito de protetor auricular para crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito da Rede Municipal de Ensino e nas instituições escolares privadas localizadas no Município de Porto Alegre. **(SEI 272.00001/2023-59)**

**PROC. Nº 0011/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 003/24**, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que inclui a efeméride Julho Faixa Preta – Mês de Conscientização e de Popularização das Artes Marciais – no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010, no mês de julho. **(SEI 165.00004/2024-08)**

**PROC. Nº 0046/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 026/24**, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que altera o art. 5º da Lei nº 12.509, de 30 de janeiro de 2019, modificando os prazos das penalidades aplicadas em casos de irregularidades na utilização do benefício da isenção tarifária do transporte coletivo por ônibus do Município de Porto Alegre. **(SEI 020.00012/2024-08)**

**PROC. Nº 0047/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 027/24**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Psicóloga Tanise Sabino, que denomina Rua Maria Inês dos Santos Lopes o logradouro público não cadastrado conhecido como Ac. Dez – Chácara da fumaça III –, localizado no Bairro Mário Quintana. **(SEI 215.00007/2024-64)**

**PROC. Nº 0084/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 047/24**, de autoria do Ver. Claudio Janta, que cria o Programa Censo de Inclusão da Pessoa com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). **(SEI 024.00048/2024-80)**

**PROC. Nº 0088/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 048/24**, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Dia das Falanges de seu Zé Pilintra no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 10 de março. **(SEI 024.00049/2024-24)**

**PROC. Nº 0102/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 051/24**, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que denomina Rótula Telmo José da Silva o logradouro público não cadastrado conhecido como Rótula Dois Mil Trezentos e Onze, localizado no Bairro Anchieta. (SEI 138.00008/2024-13)

**PROC. Nº 0109/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 057/24**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Cláudia Araújo, que denomina Rua Pedro Blau Sobrinho o logradouro público conhecido como Rua A – VI. Parque Jardim, localizado no Bairro Extrema. (SEI 161.00057/2024-14)

**PROC. Nº 0110/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 058/24**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Cláudia Araújo, que denomina Rua Geci da Silva o logradouro público conhecido como Rua C – VI. Parque Jardim, localizado no Bairro Extrema. (SEI 161.00058/2024-69)

**PROC. Nº 0112/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 059/24**, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que denomina Rua Walmor Paulo Sauter o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua Mil e Quarenta, localizado no Bairro Floresta. (SEI 138.00013/2024-18)

**PROC. Nº 0096/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 006/24**, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier, que concede a Comenda Porto do Sol à Igreja Pentecostal Assembleia de Deus – Ministério Restauração. (SEI 145.00027/2024-24)

**PROC. Nº 0098/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 007/24**, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, que concede a Comenda Porto do Sol à senhora Bianca Adélia Bronzatto Moser. (SEI 023.00007/2024-94)

**PROC. Nº 0066/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 004/24**, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, que inclui arts. 20-A e 20-B na Lei Complementar nº 757, de 14 de janeiro de 2015 – que estabelece regras para a supressão, o transplante ou a poda de espécimes vegetais no Município de Porto Alegre e dá outras providências –, determinando providências ao Executivo Municipal quanto à elaboração de laudo técnico e à execução do serviço de supressão, poda ou transplante em áreas privadas, nas situações que especifica. (SEI 023.00002/2024-61)

**PROC. Nº 1080/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 633/23**, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que altera o § 2º do art. 2º da Lei nº 10.428, de 6 de maio de 2008, e alterações posteriores, possibilitando estender o período de permanência do Acampamento Farroupilha até o domingo imediatamente subsequente ao dia 20 de setembro. (SEI 220.00287/2023-14)

**PROC. Nº 1277/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 732/23**, de autoria do Ver. Pablo Melo, que declara de utilidade pública a Sociedade dos Amigos dos Balneários de Ipanema – SABI. (SEI 218.00071/2023-61)

**PROC. Nº 0030/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 015/24**, de autoria do Ver. Claudio Janta, que estabelece permissão ao Município para assumir a distribuição de energia elétrica em situações de emergência ou calamidade pública após 24 (vinte e quatro) horas de falta do serviço sem comunicado oficial ao Executivo Municipal, por parte do distribuidor de energia, de prazo para o seu reestabelecimento total. (SEI 024.00021/2024-97)

**PROC. Nº 0075/24 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 002/24**, que dispõe sobre procedimento de desapropriação por hasta pública para proteção do patrimônio histórico-cultural inventariado do Município de Porto Alegre denominado “Casa Azul”. (SEI 118.00230/2024-28)

**PROC. Nº 0117/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 010/24**, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre à Associação Protetora da Infância – Murialdo Porto Alegre. (SEI 021.00037/2024-01)

**PROC. Nº 0129/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/24**, de autoria da Mesa Diretora, que revoga o § 6º do art. 13 da Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992 – Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre –, permitindo a manutenção dos cargos na Mesa Diretora em caso de nova opção partidária. (SEI 014.00004/2024-60)

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. João Bosco Vaz. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Nove vereadores presentes. Não há quórum.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h11min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

\* \* \* \* \*